

**Aula 00 - Prof. Breno
Caldas**

SUS atualizado em questões!

Autor:
Breno da Silva Caldas Júnior

22 de Junho de 2024

Sumário

Lista de questões.....	3
CEBRASPE.....	3
FGV.....	8
VUNESP.....	10
FUNDEP	13
FUNDATEC.....	17
FUNDAÇÃO CETRED.....	26
FUNCERN.....	29
Questões comentadas	32
Gabarito.....	96



APRESENTAÇÃO DA AULA

Bem-vindo!

Nossa aula de questões será sobre a Lei Federal nº 8.080/90.

Além de todo o conteúdo proporcionado nas aulas, nós iremos trabalhar especificamente nessa aula com questões comentadas para que você potencialize sua capacidade de aprendizado e de resoluções de questões.

Aproveite nossa proposta!

Considere esse instrumento de .PDF um contato pessoal nosso. Nele passaremos essa aula da forma mais palatável possível. Mesmo durante ou após seus estudos, caso você tenha dúvidas sobre determinado assunto ou questão, entre em contato comigo. Estou disponível sempre, nos canais de e-mail e pelo Fórum de dúvidas do curso.



ALUNO ESTRATÉGIA NÃO PODE IR PARA A PROVA COM DÚVIDAS!!!

Deixarei abaixo meu contato para quaisquer dúvidas ou sugestões. Terei o prazer em orientá-los da melhor forma possível nesta caminhada que estamos iniciando.

Você está no caminho certo e estamos juntos nessa jornada!

E-mail: brenosilvacaldas@hotmail.com **Instagram:** [@profbrenocaldas](https://www.instagram.com/profbrenocaldas)



LISTA DE QUESTÕES

CEBRASPE

1.(CESPE/CEBRASPE/ANVISA/2024) Com base na Lei n.º 8.080/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como sobre a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, julgue os itens seguintes.

Ações de vigilância sanitária devem fazer parte das atividades de promoção da saúde do trabalhador.

Certo

Errado

2.(CESPE/CEBRASPE/ANVISA/2024) Com base na Lei n.º 8.080/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como sobre a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, julgue os itens seguintes.

A formulação da política de logística de antídotos usados em casos de intoxicação está incluída no rol de atribuições previstas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Certo

Errado

3.(CESPE/CEBRASPE/ANVISA/2024) Com base na Lei n.º 8.080/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como sobre a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, julgue os itens seguintes.

Apenas serviços diretamente relacionados à saúde podem ter sua prestação controlada pela vigilância sanitária.

Certo

Errado



4.(CESPE/CEBRASPE/Pref. Camaçari BA/2024) A lei brasileira impõe, expressamente, a alguns grupos e entidades o dever de garantir a saúde, entretanto, em função de sua ausência do rol legal, a atribuição desse dever é meramente implícita

- A) à sociedade.
- B) às empresas.
- C) às famílias.
- D) ao Estado.
- E) às igrejas.

5.(CESPE/CEBRASPE/PGE RN/2024) Considerando o disposto na Lei n.º 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde), julgue os itens a seguir.

I A vigilância sanitária é uma das formas de prevenir e atenuar agravos à saúde decorrentes de problemas ambientais.

II A citada lei define como dever exclusivo do poder público a ação de prover a saúde dos cidadãos brasileiros, inclusive por ações tendentes a reduzir doenças e outros agravos à saúde.

III Nos atendimentos no Sistema Único de Saúde (SUS), as mulheres têm o direito de se fazer acompanhar por qualquer pessoa de sua escolha, mediante notificação prévia.

IV Sem prejuízo da competência dos três níveis da Federação para ações de saúde, a União pode realizar ações de vigilância epidemiológica e sanitária em casos especiais, se houver risco de disseminação nacional.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas os itens I e II estão certos.
- B) Apenas os itens I e IV estão certos.
- C) Apenas os itens II e III estão certos.
- D) Apenas os itens III e IV estão certos.
- E) Todos os itens estão certos.



6.(CESPE/CEBRASPE/Pref. Camaçari BA/2024) Acerca da municipalização da saúde, assinale a opção correta.

A) O processo de municipalização se concretiza quando a União fornece cooperação técnica e financeira.

B) A estruturação da oferta de serviços de alta e média complexidade em seus territórios constitui o caminho para as pequenas municipalidades garantirem o atendimento de saúde à população.

C) O princípio de descentralização que norteia o SUS ocorre pela transferência de responsabilidades e recursos para a esfera municipal, permitindo meios adequados à gestão de redes assistenciais de caráter regional e macrorregional.

D) A representatividade dos municípios na comissão intergestores tripartite, que atua na direção nacional do SUS, ocorre por meio do Conselho Nacional de Secretários de Saúde.

E) O colegiado de gestão regional é um espaço regional de pactuação integrado por todos os gestores municipais de saúde e representantes do gestor estadual e do Ministério da Saúde, para articulação regional e construção de consensos.

7. (CESPE/CEBRASPE/MPE TO/2024) Ana tem 35 anos de idade, é assistente social no serviço público, casada, está gestante, mora com seu pai de 70 anos de idade e tem um filho de 16 anos de idade chamado Josué, que está privado de liberdade em decorrência da prática de ato infracional.

Tendo a situação hipotética precedente como referência, julgue o item a seguir.

Para as consultas de pré-natal no serviço de saúde, a Ana é assegurado, por lei, o direito de fazer-se acompanhar por pessoa maior de idade, durante todo o período do atendimento, independentemente de notificação prévia.

Certo

Errado

8.(CESPE/CEBRASPE/Pref. Camaçari BA/2024) À luz da Lei Orgânica da Saúde (Lei n.º 8.080/1990), assinale a opção correta.

A) O dever do Estado não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.



- B) A iniciativa privada deve participar do SUS em caráter obrigatório.
- C) No SUS, trabalha-se exclusivamente com realização de ações preventivas em saúde.
- D) A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado ter participação mínima na promoção de ações que visem o bem-estar da população.
- E) O campo de atuação do SUS inclui a execução de ações de assistência terapêutica integral, mas exclui destas a assistência a farmacêutica.

9.(CESPE/CEBRASPE/Pref. Camaçari BA/2024) Com base nas definições e disposições legais contidas na Lei n.º 8.080/1990, assinale a opção correta.

- A) A vigilância sanitária é responsável por recomendar e adotar medidas de prevenção e controle de doenças.
- B) Saúde do trabalhador é o conjunto de atividades que utiliza ações de vigilância sanitária e vigilância epidemiológica para a proteção da saúde do trabalhador.
- C) Implantar o sistema nacional de sangue, componentes e derivados é competência exclusiva da União.
- D) As ações e serviços de saúde executados pelo SUS serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada, em níveis que vão da mais alta para a mais baixa complexidade.
- E) A vigilância epidemiológica é responsável pela prevenção de riscos à saúde decorrentes da produção e circulação de bens e da prestação de serviços em saúde.

10.(CESPE/CEBRASPE/Pref. Camaçari BA/2024) Assinale a opção correta, no que diz respeito à telessaúde de acordo com a Lei nº 8.080/1990 — Lei Orgânica da Saúde.

- A) Telessaúde abrange a prestação remota de serviços relacionados a todas as profissões da área da saúde sem regulamentação dos órgãos competentes do Poder Executivo federal.
- B) É indispensável a inscrição secundária ou complementar do profissional de saúde que exercer a profissão em outra jurisdição exclusivamente por meio da modalidade telessaúde.
- C) A prática da telessaúde dificulta a promoção da universalização do acesso dos brasileiros às ações e aos serviços de saúde.
- D) A telessaúde deve promover assistência segura e com qualidade ao paciente.



E) Uma vez instituído o atendimento na modalidade telessaúde, não há garantia de atendimento presencial.

11.(CESPE/CEBRASPE/Pref. Camaçari BA/2024) Segundo a Lei n° 8.080/1990, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios exercerão, em comum, as seguintes atribuições:

I administração dos recursos orçamentários e financeiros destinados à saúde, em cada ano.

II planejamento, organização, controle e avaliação de ações e serviços de saúde bem como gestão e execução dos serviços públicos de saúde.

III organização e coordenação do sistema de informação de saúde.

- A) Apenas o item I está certo.
- B) Apenas os itens I e III estão certos.
- C) Apenas os itens I e II estão certos.
- D) Apenas os itens II e III estão certos.
- E) Todos os itens estão certos.

12.(CESPE/CEBRASPE/Pref. Camaçari BA/2024) Com base na Lei n.º 8.080/1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços, julgue os itens que se seguem.

I O Estado deve prover as condições indispensáveis ao pleno exercício da saúde, podendo, assim, reduzir ou mesmo dispensar o dever da família, das empresas e da sociedade.

II É dever do Estado o estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde.

III Moradia, trabalho, renda, educação, transporte, e acesso aos bens e serviços essenciais são considerados como determinantes e condicionantes em saúde.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas o item I está certo.
- B) Apenas o item III está certo.



- C) Apenas os itens I e II estão certos.
- D) Apenas os itens II e III estão certos.
- E) Todos os itens estão certos.

13.(CESPE/CEBRASPE/Pref. Camaçari BA/2024) De acordo com as diretrizes e bases da implantação do SUS em território brasileiro, Lei Federal n.º 8.080/1990, julgue os seguintes itens.

I O campo de atuação do SUS inclui a execução de ações de vigilância sanitária e epidemiológica, de saúde do trabalhador, de assistência farmacêutica, e de saúde bucal.

II O SUS reconhece que a saúde possui determinantes e condicionantes, como a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.

III No âmbito de competências do SUS, cabe a participação em normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde do trabalhador nas instituições e empresas públicas e privadas.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas o item II está certo.
- B) Apenas o item III está certo.
- C) Apenas os itens I e II estão certos.
- D) Apenas os itens I e III estão certos.
- E) Todos os itens estão certos.

FGV

14.(FGV/Câmara Municipal de São Paulo SP/2024) A proteção integral dos direitos humanos de todos os usuários e especial atenção à identificação de maus-tratos, de negligência e de violência sexual praticados contra crianças e adolescentes, foi incluída na Lei nº 8.080/90, como parte das(os)



- A) objetivos do SUS.
- B) princípios do SUS.
- C) atribuições do SUS.
- D) estratégias dos SUS.
- E) competências do SUS.

15.(FGV/AL TO/2024) A organização dos serviços de saúde em atenção primária, secundária e terciária (níveis crescentes de complexidade) visando disponibilizar a assistência requerida para cada caso, diz respeito ao seguinte princípio do SUS:

- A) Equidade.
- B) Universalidade.
- C) Descentralização.
- D) Regionalização.
- E) Hierarquização.

16.(FGV/AL TO/2024) Considerando as disposições da Lei nº 8.080/90 acerca da telessaúde, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() Entre os princípios que devem ser observados no exercício da telessaúde estão a assistência segura e com qualidade e a confidencialidade dos dados.

() Ao recusar o atendimento na modalidade telessaúde o paciente abre mão da possibilidade de atendimento presencial.

() Compete aos Conselhos Federais de fiscalização do exercício profissional a normatização ética relativa à prestação dos serviços na modalidade telessaúde.

As afirmativas são, respectivamente,

- A) V – V – F.
- B) F – V – F.
- C) V – V – V.



- D) F – F – F.
- E) V – F – V.

17. (FGV/Câmara Municipal de São Paulo SP/2024) A participação da iniciativa privada está prevista na Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/1990.

De acordo com a referida Lei, a iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde em caráter

- A) complementar.
- B) permanente.
- C) prioritário.
- D) primário
- E) irrestrito.

▪ VUNESP

18.(Vunesp/MPE RO/2024) Marta, aos 18 anos, sofreu um acidente de automóvel e ficou com sua capacidade cognitiva diminuída, sendo que sua mãe, Joana, é sua curadora definitiva e tem com ela os cuidados cotidianos. Hoje Marta está com 45 anos, e Joana agendou exames ginecológicos para si e para sua filha.

Nesse contexto hipotético, de acordo com o que prevê a Lei no 8.080/90 (Sistema Único de Saúde), assinale a alternativa correta.

A) Joana deve ter como acompanhante sua mãe em todos os procedimentos, inclusive se necessitar de atendimento realizado em Unidade de Terapia Intensiva, mesmo que o corpo clínico alegue que tal acompanhamento possui restrições relacionadas à segurança ou à saúde dos pacientes.

B) Passando Marta por uma situação de urgência e emergência, os profissionais de saúde devem aguardar a presença de Joana para atuar na defesa de sua saúde, já que ela é curadora definitiva da filha.



C) Tanto Marta quanto Joana, durante a realização de exames em unidades públicas ou privadas, têm direito a um acompanhante, por todo o período de atendimento, mesmo sem qualquer notificação prévia ao estabelecimento onde farão exames e consultas.

D) Joana só poderia estar assistida por um acompanhante nos serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), da rede própria ou conveniada, se estivesse em trabalho de parto, parto e pós-parto imediato.

E) Se Joana necessitar fazer exame que lhe diminua consciência, com uso de sedativos, e não estiver com um acompanhante, o exame não será realizado, mesmo que ela renuncie, por escrito, ao direito de ter um acompanhante.

19.(Vunesp/Câmara de Marília SP/2023) Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei nº 8.080/90.

A) Caberá à União e aos Estados, com dotações próprias, financiar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

B) No âmbito do Sistema Único de Saúde, é vedada a internação domiciliar.

C) À direção municipal do Sistema de Saúde (SUS) compete gerir laboratórios públicos de saúde e hemocentros.

D) A vigilância nutricional e a orientação alimentar são áreas que não estão expressamente incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde.

E) Em situações epidemiológicas que caracterizem emergência em saúde pública, deve ser adotado procedimento padrão para a remessa de patrimônio genético ao exterior, sob pena de cometimento de improbidade administrativa.

20.(Vunesp/Prefeitura de São José do Rio Preto SP/2023) Com relação à prática da telessaúde, assinale a alternativa correta, com base na Lei Federal nº 8.080/90.

A) Embora seja permitida para a saúde privada, a prestação remota de serviços de saúde é vedada no âmbito do Sistema Único de Saúde.

B) Consiste na prestação remota de serviços relacionados a todas as profissões da área da saúde regulamentadas pelos órgãos competentes do Poder Executivo federal.



C) É dispensada a inscrição complementar para até dez atendimentos mensais para o profissional de saúde que exercer a profissão em outra jurisdição por meio da modalidade telessaúde.

D) Trata da prestação de remota de serviços de medicina, excluído os médicos veterinários, a ser regulamentado pelos órgãos competentes do Poder Executivo federal.

E) A prestação de remota de serviços de medicina deve envolver chamadas de voz e vídeo, vedadas a utilização somente de mensagens de texto, garantindo-se a transmissão segura de dados e informações de saúde.

21.(Vunesp/Câmara de Tanabi SP /2023) Assinale a alternativa correta sobre as disposições contidas na Lei nº 8.080/90.

A) A iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS) em caráter concorrente e preliminar.

B) As ações e os serviços de saúde, executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), seja diretamente ou mediante participação da iniciativa privada, serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade decrescente.

C) A União poderá executar ações de vigilância epidemiológica e sanitária em circunstâncias especiais, como na ocorrência de agravos inusitados à saúde, que possam escapar do controle da direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) ou que representem risco de disseminação nacional.

D) Os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde – SUS, da rede própria ou conveniada, ficam obrigados a permitir a presença, junto à parturiente, de 2 (dois) acompanhantes durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato.

E) É obrigatória a inscrição secundária ou complementar do profissional de saúde que exercer a profissão em outra jurisdição exclusivamente por meio da modalidade telessaúde.

22.(Vunesp/Prefeitura de Campinas SP /2023) Assinale a alternativa correta sobre a competência para a definição, coordenação e execução de serviços de vigilância sanitária de acordo com o disposto na Lei nº 8.080/1990.

A) Compete à direção estadual do Sistema Único de Saúde definir os serviços de vigilância sanitária.



B) Compete à direção estadual do Sistema Único de Saúde coordenar com exclusividade os serviços de vigilância sanitária.

C) Compete à direção municipal do Sistema Único de Saúde definir e coordenar os serviços de vigilância sanitária.

D) Compete à direção municipal do Sistema Único de Saúde executar os serviços de vigilância sanitária.

E) Compete à direção nacional do Sistema Único de Saúde definir e coordenar com exclusividade os serviços de vigilância sanitária.

23.(Vunesp/Prefeitura de Pindamonhangaba SP /2023) O controle de bens de consumo e da prestação de serviços que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde faz parte do campo de atuação do SUS, definido na Lei Orgânica de Saúde (Lei no 8.080/1990). As ações voltadas para atingir esse objetivo são desenvolvidas no âmbito da Vigilância

- A) Epidemiológica.
- B) de Controle de Endemias.
- C) Sanitária.
- D) em Saúde Ambiental.
- E) em Saúde do Trabalhador.

FUNDEP

24.(FUNDEP/Pref. de Campanha MG/2024) Com relação à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, analise as afirmativas a seguir.

I. Essa lei regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde, executados isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito público ou privado.

II. A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.



III. O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS).

Estão corretas as afirmativas

- A) I e II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, II e III.

25.(FUNDEP/Pref. de Curvelo MG/2024) São funções do Sistema Único de Saúde:

A) Oferecer integralidade assistencial que deve ser entendida como o conjunto das ações e serviços médicos, individuais, curativos, com foco na doença, contemplando ações de intervenções na saúde das pessoas.

B) Executar ações de formulação da política de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e outros insumos de interesse para a saúde e a participação na sua produção.

C) Articular políticas e programas intersetoriais, com exceção daqueles voltados para a formação de recursos humanos.

D) Realizar a vigilância nutricional e a orientação alimentar sem necessidade de fiscalizar e inspecionar alimentos, água e bebidas para consumo humano.

26.(FUNDEP/Pref. de Curvelo MG/2024) Durante a pandemia de Covid-19, a tele-saúde emergiu como uma ferramenta fundamental para garantir a continuidade do atendimento médico e a segurança tanto dos pacientes quanto dos profissionais de saúde.

Com base na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, essa modalidade de atendimento não obedecerá ao seguinte princípio:

- A) Assistência segura e com qualidade ao paciente.
- B) Estrita observância das atribuições legais de cada profissão.
- C) Publicidade dos dados.



D) Responsabilidade digital.

27.(FUNDEP/Pref. de Campanha MG/2024) Tendo por base a Lei nº 8.080/1990, não compete à direção municipal do Sistema de Saúde (SUS):

- A) Controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde.
- B) Dar execução, no âmbito municipal, à política de insumos e equipamentos para a saúde.
- C) Controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde.
- D) Gerir laboratórios públicos de saúde e hemocentros.

28.(FUNDEP/Pref. de Campanha MG/2024) Estão incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a execução das seguintes ações, exceto:

- A) De saúde bucal.
- B) De vigilância epidemiológica.
- C) De vigilância socioassistencial.
- D) De saúde do trabalhador.

29.(FUNDEP/Pref. de Cordisburgo MG/2024) O Sistema Único de Saúde (SUS) foi definido pela Constituição de 1988 e regulamentado em 19 de setembro de 1990, por meio da Lei nº 8.080.

Fazem parte dos princípios e diretrizes do SUS, exceto:

- A) Universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência.
- B) Igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie.
- C) Centralização político-administrativa com direção única do Ministério da Saúde.
- D) Participação da Comunidade.



30.(FUNDEP/Pref. de Curvelo MG/2024) A Lei nº 8.080, de 19 de setembro 1990, informa sobre a criação de comissões intersetoriais de âmbito nacional, subordinadas ao Conselho Nacional de Saúde, integradas pelos Ministérios e órgãos competentes e por entidades representativas da sociedade civil. As comissões intersetoriais terão a finalidade de articular políticas e programas de interesse para a saúde, cuja execução envolva áreas não compreendidas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

São políticas e programas articulados a cargo das comissões intersetoriais, exceto:

- A) Ciência e tecnologia
- B) Saúde do trabalhador
- C) Educação e alfabetização
- D) Saneamento e meio ambiente

31.(FUNDEP/UFOP/2024) Quanto à hierarquização do Sistema Único de Saúde (SUS), a rede de serviços deve ser organizada de forma

- A) municipalizada.
- B) estadualizada.
- C) federalizada.
- D) regionalizada.

32.(FUNDEP/Pref. de Curvelo MG/2024) Com relação à regionalização em saúde, assinale a alternativa correta.

A) A regionalização em saúde significa distribuir igualmente os recursos financeiros em saúde, considerando as regiões geográficas, como forma de reduzir as diferenças loco-regionais.

B) A regionalização em saúde consiste em concentrar todos os serviços de saúde especializados em um único local, dotado de alta densidade tecnológica e elevada complexidade, para facilitar o acesso da população.

C) A regionalização em saúde implica na centralização das decisões de saúde no nível estadual, para que haja uma divisão equânime dos serviços para toda a população do estado, garantindo assim a universalidade do acesso.



D) A regionalização em saúde envolve a organização das ações e serviços de saúde em diferentes regiões geográficas, com base nas necessidades e características da população, visando à complementaridade e à cooperação entre os serviços.

33.(FUNDEP/UFOP/2024) Sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), assinale a alternativa correta.

A) Cabe ao SUS executar ações de formulação da política de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e outros insumos de interesse para a saúde e a participação na sua produção.

B) Trata-se de um dos objetivos do SUS oferecer assistência à saúde prioritariamente para os mais vulneráveis e idosos.

C) Um dos princípios do SUS aponta que a integralidade de assistência deve ser entendida como o conjunto das ações e serviços médicos, individuais, curativos, com foco na doença, contemplando ações de intervenções na saúde das pessoas, especialmente no nível hospitalar.

D) A organização do SUS prevê a articulação das políticas e programas intersetoriais, com exceção daqueles voltados para a formação de recursos humanos.

34.(FUNDEP/Pref. de Cordisburgo MG/2024) A Lei Orgânica do SUS (Sistema Único de Saúde) expressa a saúde como um direito fundamental do ser humano.

Como esse direito deve ser assegurado pelo Estado?

A) Por meio de consultas especializadas que possam realizar diagnósticos o mais rápido possível.

B) Por meio da oferta de acesso universal e igualitário aos serviços de saúde.

C) Por meio de políticas de passe livre para produtos farmacêuticos e medicamentos.

D) Por meio da implantação de serviços de ciência e tecnologia.

FUNDATEC

35.(FUNDATEC/Pref. de Criciúma SC/2024) Conforme estatui a Lei nº 8.080/1990, é correto afirmar que:



A) Serão criadas comissões intersetoriais de âmbito municipal, subordinadas ao secretário municipal de saúde, com a finalidade de propor fiscalização orçamentária.

B) Serão criadas comissões intersetoriais de âmbito estadual, com a responsabilidade de formular estratégias de controle financeiro.

C) Serão criadas comissões intersetoriais de âmbito nacional, subordinadas ao Conselho Nacional de Saúde.

D) Deverão ser criadas Comissões Paritárias Permanentes de Integração entre serviços de saúde e instituições sindicais e filantrópicas.

E) Deverão ser criadas comissões permanentes de integração entre gestores públicos e serviços assistenciais comunitários.

36.(FUNDATEC/Pref. de Criciúma SC/2024) De acordo com a Lei nº 8.080/1990, são atribuições comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em seu âmbito administrativo:

I. Acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS.

II. Elaborar e atualizar periodicamente o plano de saúde.

III. Realizar pesquisas e estudos na área de saúde.

Quais estão corretas?

A) Apenas I.

B) Apenas III.

C) Apenas I e II.

D) Apenas II e III.

E) I, II e III.

37.(FUNDATEC/Pref. de Criciúma SC/2024) A respeito da assistência terapêutica e da incorporação de tecnologia em saúde, a Lei nº 8.080/1990, Capítulo VIII, estatui que a responsabilidade financeira pelo fornecimento de medicamentos, produtos de interesse para a saúde ou procedimentos de que trata este Capítulo será pactuada na:

A) Comissão Intergestores Tripartite.



- B) Comissão Intergestores Bipartite.
- C) Secretaria de Estado da Saúde dos municípios.
- D) Secretaria Municipal de Saúde, ou órgão equivalente.
- E) Secretaria de Vigilância em Saúde.

38.(FUNDATEC/Pref. de Criciúma SC/2024) A respeito da telessaúde, conforme o que estatui a Lei nº 8.080/1990, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A prática da telessaúde deve ser realizada por consentimento livre e esclarecido do paciente ou de seu representante legal, e sob responsabilidade do profissional de saúde.
- B) A telessaúde abrange a prestação remota de serviços relacionados a todas as profissões da área da saúde, regulamentadas pelos órgãos competentes do Poder Executivo Federal.
- C) Os atos do profissional de saúde, quando praticados na modalidade telessaúde, terão validade apenas no Município ou no Distrito Federal em que atua.
- D) Ao profissional de saúde são asseguradas a liberdade e a completa independência de decidir sobre a utilização ou não da telessaúde.
- E) Compete aos conselhos federais de fiscalização do exercício profissional a normatização ética relativa à prestação dos serviços previstos da telessaúde.

39.(FUNDATEC/Pref. de Criciúma SC/2024) De acordo com a Lei nº 8.080/1990, Art. 3º, é correto afirmar que os níveis de saúde expressam:

- A) A equidade do atendimento da população do País.
- B) As crenças, os costumes e os investimentos na saúde de cada ente federativo.
- C) Os determinantes operacionais de cada ente federativo financiados pelo SUS.
- D) Os determinantes ambientais e contratuais das redes de atenção à saúde.
- E) A organização social e econômica do País.



40.(FUNDATEC/Pref. de Criciúma SC/2024) De acordo com a Lei nº 8.080/1990, Art. 6º, a Vigilância _____ abrange o controle de bens de consumo e o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho acima.

- A) Ambiental
- B) Epidemiológica
- C) Jurídica
- D) Sanitária
- E) Toxicológica

41.(FUNDATEC/Pref. de Bagé RS/2024) Analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas, em relação às Leis Orgânicas da Saúde, Lei nº 8.080/1990 e Lei nº 8.142/1990, que regulamentam o Sistema Único de Saúde (SUS).

() A execução de ações de vigilância sanitária, de vigilância epidemiológica e de saúde do trabalhador também fazem parte do campo de atuação do SUS.

() As ações e serviços de saúde, executados pelo SUS, serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade crescente.

() A Conferência de Saúde é o espaço previsto para a participação da comunidade na gestão do SUS, em caráter permanente e deliberativo.

() A identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde fazem parte dos objetivos do SUS.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) V – F – F – V.
- B) V – V – F – V.
- C) F – F – V – V.
- D) F – V – V – F.
- E) V – F – F – F.



42.(FUNDATEC/Pref. de Criciúma SC/2024) A respeito das competências por esfera de gestão do SUS, estabelecidas pela Lei nº 8080/1990, é correto afirmar que:

- A)** Ao governo federal compete planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde.
- B)** Definir e coordenar os sistemas de redes integradas de assistência de alta complexidade é competência dos estados e do Distrito Federal.
- C)** É competência primária dos municípios executar serviços de saúde bucal, que podem ser executados em caráter complementar pela gestão estadual.
- D)** Definir, coordenar os sistemas e executar serviços de vigilância epidemiológica é competência da União.
- E)** Compete aos estados e ao Distrito Federal formar consórcios administrativos intermunicipais como forma de apoio à gestão municipal.

43.(FUNDATEC/GHC RS/2024) Quanto ao acompanhamento da mulher nos serviços de saúde, de acordo com a Lei nº 8.080/1990, assinale a alternativa INCORRETA.

- A)** No caso de atendimento realizado em centro cirúrgico ou unidade de terapia intensiva com restrições relacionadas à segurança ou à saúde dos pacientes, devidamente justificadas pelo corpo clínico, não será admitido acompanhante.
- B)** Em caso de atendimento com sedação, a eventual renúncia da paciente ao direito previsto neste artigo deverá ser feita por escrito, após o esclarecimento dos seus direitos, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, assinada por ela e arquivada em seu prontuário.
- C)** O acompanhante será de livre indicação da paciente ou, nos casos em que ela esteja impossibilitada de manifestar sua vontade, de seu representante legal, e estará obrigado a preservar o sigilo das informações de saúde de que tiver conhecimento em razão do acompanhamento.
- D)** No caso de atendimento que envolva qualquer tipo de sedação ou rebaixamento do nível de consciência, caso a paciente não indique acompanhante, a unidade de saúde responsável pelo atendimento indicará pessoa para acompanhá-la, preferencialmente profissional de saúde do sexo feminino.
- E)** As unidades de saúde de todo o País ficam obrigadas a manter, em local visível de suas dependências, aviso que informe sobre o direito estabelecido.



44.(FUNDATEC/UFCSPA RS/2024) Conforme a Lei nº 8.080/1990, Capítulo I, no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS), estão incluídas as seguintes atribuições, EXCETO:

A) Formulação e execução da política de informação e assistência toxicológica e logística de antídotos e medicamentos utilizados em intoxicações.

B) Ordenação da formação de recursos humanos e tecnológicos nas áreas de saúde pública e privada.

C) Execução de ações de saúde bucal.

D) Execução de ações de saúde do trabalhador, abrangendo, entre outras, a participação na normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde do trabalhador nas instituições e empresas públicas e privadas.

E) Formulação da política de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e outros insumos de interesse para a saúde e a participação na sua produção.

45.(FUNDATEC/Pref. de Restinga Sêca RS/2024) Segundo a Lei nº 8.080/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter:

A) Principal.

B) Autoritário.

C) Complementar.

D) Sigiloso.

E) Coercitivo.

46.(FUNDATEC/Pref. de Criciúma SC/2024) Com base na Lei nº 8.080/1990, a respeito do Subsistema de Acompanhamento à Mulher nos Serviços de Saúde, em consultas, exames e procedimentos realizados, toda mulher tem o direito de fazer-se acompanhar por:

A) Familiar de qualquer grau de parentesco, mediante notificação prévia, exclusivamente em unidades de saúde públicas.

B) Pessoa maior de idade, durante todo o período do atendimento, mediante notificação prévia, exclusivamente em unidades de saúde públicas.



C) Pessoa maior de idade, durante todo o período do atendimento, independentemente de notificação prévia, exclusivamente em unidades de saúde públicas.

D) Pessoa maior de idade, durante todo o período do atendimento, mediante notificação prévia, em unidades de saúde públicas ou privadas.

E) Pessoa maior de idade, durante todo o período de atendimento, independentemente de notificação prévia, em unidades de saúde públicas ou privadas.

47.(FUNDATEC/Pref. de Restinga Sêca RS/2024) Com base na Lei nº 8.080/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, dizem respeito à saúde as ações que se destinam a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar:

I. Mental. II. Social. III. Físico.

Quais estão corretas?

A) Apenas II.

B) Apenas I e II.

C) Apenas I e III.

D) Apenas II e III.

E) I, II e III.

48.(FUNDATEC/Pref. de Criciúma SC/2024) A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. Segundo a Lei Federal nº 8.080/1990, Art. 6º, está incluída no campo de atuação do SUS, a execução de ações de:

I. Assistência terapêutica integral.

II. Saúde do trabalhador.

III. Vigilância epidemiológica.

IV. Vigilância sanitária.

Quais estão corretas?



- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I e III.
- C) Apenas II e IV.
- D) Apenas III e IV.
- E) I, II, III e IV.

49.(FUNDATEC/Pref. de Paulo Bento RS/2024) De acordo com o Art. 7º da Lei nº 8.080/1990, as ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS) são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no Art. 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda a princípios, entre eles, proteção integral dos direitos humanos de todos os usuários e especial atenção à identificação de:

- A) Necessidades da saúde indígena e de sua cobertura, abrangendo a assistência integral.
- B) Maus-tratos, negligência e violência sexual praticados contra crianças e adolescentes.
- C) Aplicação dos recursos orçamentários e financeiros destinados, em cada ano, à saúde.
- D) Padrões de qualidade e parâmetros de custos que caracterizam a assistência à saúde.
- E) Abusos e maus-tratos praticados contra idosos e mulheres vítimas de violência social.

50.(FUNDATEC/Pref. de Bagé RS/2024) Sobre as ações e os serviços de saúde municipais, conforme a Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8080/1990), analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

I. Os municípios têm obrigação de assumir integralmente todos os níveis de atenção a fim de não depender nem onerar outros municípios.

II. Os municípios podem constituir consórcios intermunicipais para desenvolver ações conjuntas.

III. No nível municipal, pode organizar-se em distritos para articular recurso e ações e em saúde.

- A) Todas as assertivas estão corretas.
- B) Todas as assertivas estão incorretas.



- C) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- D) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- E) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

51.(FUNDATEC/Pref. de Criciúma SC/2024) Com base na Lei nº 8.080/1990 e a respeito do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

() Esse subsistema terá como base os Distritos Sanitários Especiais Indígenas.

() A rede do Sistema Único de Saúde (SUS) estará dispensada de fazer o registro e a notificação da declaração da raça ou cor dos indígenas atendidos nos sistemas públicos de saúde.

() Esse subsistema deverá ser organizado de modo centralizado e hierarquizado, diferentemente do SUS, porque caberá exclusivamente à União financiar esse subsistema.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) V – V – V.
- B) V – V – F.
- C) V – F – F.
- D) F – V – F.
- E) F – F – V.

52.(FUNDATEC/Pref. de Criciúma SC/2024) A respeito de legislação e conhecimentos sobre o SUS, analise as seguintes assertivas e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

() Como instâncias de participação na gestão do SUS, existem conferências e conselhos de saúde, legitimados pela Lei nº 8.142/1990.

() Os Conselhos de Saúde são órgãos colegiados permanentes e deliberativos, em conformidade com a Lei nº 8.142/1990.

() As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados integram o SUS, de acordo com as diretrizes previstas na Constituição Federal.



A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) V – V – V.
- B) V – V – F.
- C) V – F – F.
- D) F – F – V.
- E) F – F – F.

53.(FUNDATEC/Pref. de Criciúma SC/2024) Sobre as ações e serviços de saúde voltados para o atendimento das populações indígenas, em todo o território nacional, coletiva ou individualmente, a legislação estabelece que, EXCETO:

- A) Foi instituído um Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, componente do SUS.
- B) Caberá obrigatoriamente à União, Estados, Municípios e Distrito Federal, com seus recursos próprios, financiar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.
- C) O Subsistema de Atenção à Saúde Indígena deverá ser, como o SUS, descentralizado, hierarquizado e regionalizado.
- D) A rede do SUS deverá obrigatoriamente fazer o registro e a notificação da declaração de raça ou cor, garantindo a identificação de todos os indígenas atendidos nos sistemas públicos de saúde.
- E) A União deverá integrar os sistemas de informação da rede do SUS com os dados do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

FUNDAÇÃO CETRED

54.(FUNDAÇÃO CETREDE/Pref. de Caucaia CE/2024) De acordo com a Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde, está incluída no campo de atuação do SUS, no artigo sexto do capítulo I,

- A) a identificação e a divulgação dos fatores condicionantes e a identificação e a divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde.



B) a formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social, a observância da lei.

C) a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação de saúde.

D) a execução de ações de vigilância epidemiológica.

E) a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência.

55.(FUNDAÇÃO CETREDE/Pref. de Caucaia CE/2024) O SUS, de que trata a Lei Orgânica 8.080 de 19 de setembro de 1990, contará, em cada esfera de governo, sem prejuízo das funções do poder legislativo, com as seguintes instâncias colegiadas:

A) a Conferência de saúde e o Conselho administrativo.

B) a Conferência administrativa e o Conselho de saúde.

C) a Conferência de saúde e o Conselho de saúde.

D) a união dos Municípios e ao conselho estadual.

E) a união dos Estados e ao conselho municipal.

56.(FUNDAÇÃO CETREDE/Pref. de Caucaia CE/2024) À Direção Estadual do SUS compete,

A) prestar apoio técnico e financeiro aos municípios e executar, supletivamente, ações e serviços de saúde.

B) formular, avaliar e apoiar políticas de alimentação e nutrição.

C) participar na formulação e na implementação das políticas de saneamento básico.

D) definir e coordenar os sistemas de vigilância epidemiológica.

E) coordenar a execução das ações de vigilância epidemiológica e dela participar.

57.(FUNDAÇÃO CETREDE/Pref. de Caucaia CE/2024) Leia as afirmativas a seguir e marque (V) para as VERDADEIRAS e (F) para as FALSAS. A atenção à saúde, que encerra todo o conjunto



de ações levadas a efeito pelo SUS, em todos os níveis de governo, para o atendimento das demandas pessoais e das exigências ambientais, compreende três grandes campos, a saber:

() O da assistência, em que as atividades são dirigidas às pessoas, individual ou coletivamente, e que é prestada no âmbito ambulatorial e hospitalar, bem como em outros espaços, especialmente no domiciliar.

() O das intervenções ambientais, no seu sentido mais amplo, incluindo as relações e as condições sanitárias nos ambientes de vida e de trabalho, o controle de vetores e hospedeiros e a operação de sistemas de saneamento ambiental (mediante o pacto de interesses, as normalizações, as fiscalizações e outros).

() O das políticas externas ao setor saúde, que interferem nos determinantes sociais do processo saúde-doença das coletividades, de que são partes importantes questões relativas às políticas macroeconômicas, ao emprego, à habitação, à educação, ao lazer e à disponibilidade e qualidade dos alimentos.

Marque a opção que apresenta a sequência CORRETA.

- A) F – V – F.
- B) V – F – V.
- C) F – F – V.
- D) V – V – F.
- E) V – V – V.

58.(FUNDAÇÃO CETREDE/Pref. de Caucaia CE/2024) Os recursos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS) serão depositados em conta especial, em cada esfera de sua atuação, e movimentados sob fiscalização dos respectivos Conselhos de Saúde. Assim, para o estabelecimento de valores a serem transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, será utilizada a combinação dos seguintes critérios, segundo análise técnica de programas e projetos:

- I. perfil demográfico da região.
- II. perfil epidemiológico da população a ser coberta.
- III. características quantitativas e qualitativas da rede de saúde na área.
- IV. ressarcimento do atendimento a serviços prestados para outras esferas de governo.



V. níveis de participação do setor saúde nos orçamentos estaduais e municipais.

Marque a opção que apresenta as afirmativas CORRETAS.

- A) I – II – IV.
- B) II – III – IV.
- C) I – V.
- D) I – II – III – IV – V.
- E) II – III – V.

59.(FUNDAÇÃO CETREDE/Pref. de Caucaia CE/2024) Leia a afirmativa a seguir.

É assegurada a atenção integral à saúde da pessoa idosa, por intermédio _____, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente as pessoas idosas.

Marque a opção que preenche corretamente a lacuna.

- A) do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)
- B) da Atenção Primária
- C) do Sistema Único de Saúde (SUS)
- D) da Estratégia Saúde da Família
- E) das Redes de Atenção à Saúde (RAS)

FUNCERN

60.(FUNCERN/Pref. de Guamaré RN/2024) No que se refere à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, determina que

- A) o conjunto de ações de saúde prestados por órgãos da administração direta constitui o Sistema Único de Saúde (SUS), apenas.



B) a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo os municípios proverem as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

C) as ações e os serviços de saúde, em todo o território nacional, devem ser executados isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito público ou privado.

D) o dever do Estado de garantir a saúde consiste, estritamente, na formulação de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos.

61.(FUNCERN/Pref. de Guimarães RN/2024) De acordo com a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, um dos objetivos do SUS é:

A) a divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde.

B) a garantia da iniciativa privada na participação do SUS em caráter suplementar.

C) a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades curativas.

D) a formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social, o controle da prestação de serviços que não se relacionem direta ou indiretamente com a saúde.

62.(FUNCERN/Pref. de Guimarães RN/2024) No campo de atuação do SUS, está incluída

A) a execução de ações de vigilância sanitária.

B) a execução de ações de vigilância ambiental.

C) a formulação da política de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e insumos na área têxtil.

D) a execução de ações de assistência terapêutica parcial, inclusive farmacêutica.

63.(FUNCERN/Pref. de Guimarães RN/2024) De acordo com a Lei nº 8.080/1990, entende-se por saúde do trabalhador um conjunto de atividades que se destina, por meio das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores. Além disso, visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho. Isso abrange



A) revisão mensal da listagem oficial de doenças originadas no processo de trabalho, tendo, na sua elaboração, a colaboração das entidades sindicais.

B) participação, no âmbito de competência do SUS, em estudos, pesquisas, avaliação e controle dos riscos e agravos potenciais à saúde existentes no processo de trabalho.

C) informação ao empregador sobre os riscos de acidentes de trabalho, doença profissional e do trabalho, bem como os pareceres técnicos e cassação do exercício profissional, quando necessário.

D) participação, no âmbito de competência do SUS, da normatização, da fiscalização e do controle das condições de produção, extração, armazenamento, transporte, distribuição e manuseio de substâncias, de produtos, de máquinas e de equipamentos que não apresentam riscos à saúde do trabalhador.



QUESTÕES COMENTADAS



1.(CESPE/CEBRASPE/ANVISA/2024) Com base na Lei n.º 8.080/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como sobre a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, julgue os itens seguintes.

Ações de vigilância sanitária devem fazer parte das atividades de promoção da saúde do trabalhador.

Certo

Errado

Comentário:

CERTO. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 6º, define que: entende-se por saúde do trabalhador, para fins desta lei, um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e **vigilância sanitária**, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho.

2.(CESPE/CEBRASPE/ANVISA/2024) Com base na Lei n.º 8.080/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como sobre a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, julgue os itens seguintes.

A formulação da política de logística de antídotos usados em casos de intoxicação está incluída no rol de atribuições previstas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Certo

Errado

Comentário:



CERTO. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 6º, define que a formulação e a execução da política de informação e assistência toxicológica e de logística de antídotos e medicamentos utilizados em intoxicações é uma das atribuições do Sistema Único de Saúde.

3.(CESPE/CEBRASPE/ANVISA/2024) Com base na Lei n.º 8.080/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como sobre a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, julgue os itens seguintes.

Apenas serviços diretamente relacionados à saúde podem ter sua prestação controlada pela vigilância sanitária.

Certo

Errado

Comentário:

ERRADO. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 6º, define que: entende-se por vigilância sanitária um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo:

I - o controle de bens de consumo que, **direta ou indiretamente**, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo; e

II - o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde.

4.(CESPE/CEBRASPE/Pref. Camaçari BA/2024) A lei brasileira impõe, expressamente, a alguns grupos e entidades o dever de garantir a saúde, entretanto, em função de sua ausência do rol legal, a atribuição desse dever é meramente implícita

A) à sociedade.

B) às empresas.

C) às famílias.

D) ao Estado.

E) às igrejas.



Comentário:

A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 2º, define que:

A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

O dever do Estado não exclui o das **pessoas**, da **família**, das **empresas** e da **sociedade**.

As igrejas estão implícitas nesse rol de deveres.

Portanto, a **alternativa "E" é o gabarito** da questão.

5.(CESPE/CEBRASPE/PGE RN/2024) Considerando o disposto na Lei n.º 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde), julgue os itens a seguir.

I A vigilância sanitária é uma das formas de prevenir e atenuar agravos à saúde decorrentes de problemas ambientais.

II A citada lei define como dever exclusivo do poder público a ação de prover a saúde dos cidadãos brasileiros, inclusive por ações tendentes a reduzir doenças e outros agravos à saúde.

III Nos atendimentos no Sistema Único de Saúde (SUS), as mulheres têm o direito de se fazer acompanhar por qualquer pessoa de sua escolha, mediante notificação prévia.

IV Sem prejuízo da competência dos três níveis da Federação para ações de saúde, a União pode realizar ações de vigilância epidemiológica e sanitária em casos especiais, se houver risco de disseminação nacional.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas os itens I e II estão certos.
- B) Apenas os itens I e IV estão certos.
- C) Apenas os itens II e III estão certos.
- D) Apenas os itens III e IV estão certos.



E) Todos os itens estão certos.

Comentários:

I A vigilância sanitária é uma das formas de prevenir e atenuar agravos à saúde decorrentes de problemas ambientais.

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 6º, define que:

Entende-se por vigilância sanitária um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de **intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente**, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo; e o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde.

II A citada lei define como dever **exclusivo** do poder público a ação de prover a saúde dos cidadãos brasileiros, inclusive por ações tendentes a reduzir doenças e outros agravos à saúde.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 2º, define que o dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

O dever do Estado **não exclui** o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.

III Nos atendimentos no Sistema Único de Saúde (SUS), as mulheres têm o direito de se fazer acompanhar por qualquer pessoa de sua escolha, **mediante notificação prévia.**

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 19- J, define que em consultas, exames e procedimentos realizados em unidades de saúde públicas ou privadas, toda mulher tem o direito de fazer-se acompanhar por pessoa maior de idade, durante todo o período do atendimento, **independentemente de notificação prévia.**

IV Sem prejuízo da competência dos três níveis da Federação para ações de saúde, a União pode realizar ações de vigilância epidemiológica e sanitária em casos especiais, se houver risco de disseminação nacional.

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 16, define que a União poderá executar ações de vigilância epidemiológica e sanitária em circunstâncias especiais, como na ocorrência de agravos inusitados à saúde, que possam escapar do controle da direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) ou que representem risco de disseminação nacional.



Portanto, a alternativa "B" é o gabarito da questão.

6. (CESPE/CEBRASPE/Pref. Camaçari BA/2024) Acerca da municipalização da saúde, assinale a opção correta.

A) O processo de municipalização se concretiza quando a União fornece cooperação técnica e financeira.

B) A estruturação da oferta de serviços de alta e média complexidade em seus territórios constitui o caminho para as pequenas municipalidades garantirem o atendimento de saúde à população.

C) O princípio de descentralização que norteia o SUS ocorre pela transferência de responsabilidades e recursos para a esfera municipal, permitindo meios adequados à gestão de redes assistenciais de caráter regional e macrorregional.

D) A representatividade dos municípios na comissão intergestores tripartite, que atua na direção nacional do SUS, ocorre por meio do Conselho Nacional de Secretários de Saúde.

E) O colegiado de gestão regional é um espaço regional de pactuação integrado por todos os gestores municipais de saúde e representantes do gestor estadual e do Ministério da Saúde, para articulação regional e construção de consensos.

Comentários:

A) O processo de municipalização se concretiza quando a União fornece cooperação técnica e financeira.

INCORRETA. Descentralização é o processo de transferência de responsabilidades de gestão para os estados e municípios, atendendo às determinações constitucionais e legais que embasam o SUS.

B) A estruturação da oferta de serviços de alta e média complexidade em seus territórios constitui o caminho para as pequenas municipalidades garantirem o atendimento de saúde à população.

INCORRETA. A integralidade do atendimento é garantida através da estruturação da Rede de Atenção à Saúde de maneira integrada. Os serviços de alta e média complexidade não necessariamente devem estar presentes em todos os municípios, porém o acesso à eles é garantido por meio da cooperação com os outros entes federativos.



C) O princípio de descentralização que norteia o SUS ocorre pela transferência de responsabilidades e recursos para a esfera municipal, permitindo meios adequados à gestão de redes assistenciais de caráter regional e macrorregional.

CORRETA. A Descentralização é o processo de transferência de responsabilidades de gestão para os estados e municípios, atendendo às determinações constitucionais e legais que embasam o SUS.

D) A representatividade dos municípios na comissão intergestores tripartite, que atua na direção nacional do SUS, ~~ocorre por meio do Conselho Nacional de Secretários de Saúde.~~

INCORRETA. O Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) é reconhecida como a entidade representativa do ente municipal para tratar de matérias referentes à saúde e declarados de utilidade pública e de relevante função social, na forma do regulamento.

E) O ~~colegiado de gestão regional~~ é um espaço regional de pactuação integrado por todos os gestores municipais de saúde e representantes do gestor estadual e do Ministério da Saúde, para articulação regional e construção de consensos.

INCORRETA. As Comissões Intergestores são as instâncias de pactuação consensual entre os entes federativos para definição das regras da gestão compartilhada do SUS.

7. (CESPE/CEBRASPE/MPE TO/2024) Ana tem 35 anos de idade, é assistente social no serviço público, casada, está gestante, mora com seu pai de 70 anos de idade e tem um filho de 16 anos de idade chamado Josué, que está privado de liberdade em decorrência da prática de ato infracional.

Tendo a situação hipotética precedente como referência, julgue o item a seguir.

Para as consultas de pré-natal no serviço de saúde, a Ana é assegurado, por lei, o direito de fazer-se acompanhar por pessoa maior de idade, durante todo o período do atendimento, independentemente de notificação prévia.

Certo

Errado

Comentário:

CERTO. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 2º, define que em consultas, exames e procedimentos realizados em unidades de saúde públicas ou privadas, toda mulher tem o direito de fazer-se acompanhar por pessoa maior de idade, durante todo o período do atendimento, independentemente de notificação prévia.



8.(CESPE/CEBRASPE/Pref. Camaçari BA/2024) À luz da Lei Orgânica da Saúde (Lei n.º 8.080/1990), assinale a opção correta.

- A) O dever do Estado não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.
- B) A iniciativa privada deve participar do SUS em caráter obrigatório.
- C) No SUS, trabalha-se exclusivamente com realização de ações preventivas em saúde.
- D) A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado ter participação mínima na promoção de ações que visem o bem-estar da população.
- E) O campo de atuação do SUS inclui a execução de ações de assistência terapêutica integral, mas exclui destas a assistência a farmacêutica.

Comentários:

A) O dever do Estado não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 2º, define que o dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

O dever do Estado **não exclui** o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.

B) A iniciativa privada deve participar do SUS em caráter **obrigatório**.

INCORRETA. Muita atenção, as Bancas adoram esse modelo de questão.

A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 4º, define que o conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS).

A iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter **complementar**.

C) No SUS, trabalha-se **exclusivamente** com realização de ações preventivas em saúde.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 2º, define que o dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que



asseguem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua **promoção, proteção e recuperação**.

D) A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado ter **participação mínima na promoção de ações que visem o bem-estar da população**.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 2º, define que:

A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado **prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício**.

E) O campo de atuação do SUS inclui a execução de ações de assistência terapêutica integral, mas **exclui** destas a assistência a farmacêutica.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 6º, define que estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a execução de ações de vigilância sanitária; de vigilância epidemiológica; de saúde do trabalhador; de assistência terapêutica integral, **inclusive farmacêutica**; e de saúde bucal.

9. (CESPE/CEBRASPE/Pref. Camaçari BA/2024) Com base nas definições e disposições legais contidas na Lei n.º 8.080/1990, assinale a opção correta.

A) A vigilância sanitária é responsável por recomendar e adotar medidas de prevenção e controle de doenças.

B) Saúde do trabalhador é o conjunto de atividades que utiliza ações de vigilância sanitária e vigilância epidemiológica para a proteção da saúde do trabalhador.

C) Implantar o sistema nacional de sangue, componentes e derivados é competência exclusiva da União.

D) As ações e serviços de saúde executados pelo SUS serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada, em níveis que vão da mais alta para a mais baixa complexidade.

E) A vigilância epidemiológica é responsável pela prevenção de riscos à saúde decorrentes da produção e circulação de bens e da prestação de serviços em saúde.

Comentários:

A) A **vigilância sanitária** é responsável por recomendar e adotar medidas de prevenção e controle de doenças.



INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 6º, define que se entende por vigilância epidemiológica um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos.

B) Saúde do trabalhador é o conjunto de atividades que utiliza ações de vigilância sanitária e vigilância epidemiológica para a proteção da saúde do trabalhador.

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 6º, define que se entende por saúde do trabalhador, para fins desta lei, um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho.

C) Implantar o sistema nacional de sangue, componentes e derivados é competência exclusiva da União.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 15, define que implementar o Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados é atribuição administrativa da União, estados, Distrito Federal e municípios.

D) As ações e serviços de saúde executados pelo SUS serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada, em níveis que vão da mais alta para a mais baixa complexidade.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 8º, define que as ações e serviços de saúde, executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), seja diretamente ou mediante participação complementar da iniciativa privada, serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade crescente, ou seja, da mais baixa para a mais alta complexidade.

E) A vigilância epidemiológica é responsável pela prevenção de riscos à saúde decorrentes da produção e circulação de bens e da prestação de serviços em saúde.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 6º, define que se entende por vigilância sanitária um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo:

I - o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo; e

II - o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde.



10.(CESPE/CEBRASPE/Pref. Camaçari BA/2024) Assinale a opção correta, no que diz respeito à telessaúde de acordo com a Lei nº 8.080/1990 — Lei Orgânica da Saúde.

A) Telessaúde abrange a prestação remota de serviços relacionados a todas as profissões da área da saúde sem regulamentação dos órgãos competentes do Poder Executivo federal.

B) É indispensável a inscrição secundária ou complementar do profissional de saúde que exercer a profissão em outra jurisdição exclusivamente por meio da modalidade telessaúde.

C) A prática da telessaúde dificulta a promoção da universalização do acesso dos brasileiros às ações e aos serviços de saúde.

D) A telessaúde deve promover assistência segura e com qualidade ao paciente.

E) Uma vez instituído o atendimento na modalidade telessaúde, não há garantia de atendimento presencial.

Comentários:

A) Telessaúde abrange a prestação remota de serviços relacionados a todas as profissões da área da saúde ~~sem regulamentação~~ dos órgãos competentes do Poder Executivo federal.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 26-A, define que a telessaúde abrange a prestação remota de serviços relacionados a todas as profissões da área da saúde regulamentadas pelos órgãos competentes do Poder Executivo federal.

B) É ~~indispensável~~ a inscrição secundária ou complementar do profissional de saúde que exercer a profissão em outra jurisdição exclusivamente por meio da modalidade telessaúde.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 26-H, define que **é dispensada** a inscrição secundária ou complementar do profissional de saúde que exercer a profissão em outra jurisdição exclusivamente por meio da modalidade telessaúde.

C) A prática da telessaúde ~~dificulta~~ a promoção da universalização do acesso dos brasileiros às ações e aos serviços de saúde.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 26-A, define que:

A telessaúde abrange a prestação remota de serviços relacionados a todas as profissões da área da saúde regulamentadas pelos órgãos competentes do Poder Executivo federal e obedecerá a alguns princípios, entre eles:

- autonomia do profissional de saúde
- consentimento livre e informado do paciente;



- promoção da universalização do acesso dos brasileiros às ações e aos serviços de saúde.

D) A telessaúde deve promover assistência segura e com qualidade ao paciente.

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 26-A, define que a telessaúde abrange a prestação remota de serviços relacionados a todas as profissões da área da saúde regulamentadas pelos órgãos competentes do Poder Executivo federal e obedecerá a alguns princípios, entre eles a assistência segura e com qualidade ao paciente.

E) Uma vez instituído o atendimento na modalidade telessaúde, não há garantia de atendimento presencial.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 26-A, define que a telessaúde abrange a prestação remota de serviços relacionados a todas as profissões da área da saúde regulamentadas pelos órgãos competentes do Poder Executivo federal e obedecerá a alguns princípios, entre eles o direito de recusa ao atendimento na modalidade telessaúde, com a garantia do atendimento presencial sempre que solicitado.

11.(CESPE/CEBRASPE/Pref. Camaçari BA/2024) Segundo a Lei nº 8.080/1990, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios exercerão, em comum, as seguintes atribuições:

I administração dos recursos orçamentários e financeiros destinados à saúde, em cada ano.

II planejamento, organização, controle e avaliação de ações e serviços de saúde bem como gestão e execução dos serviços públicos de saúde.

III organização e coordenação do sistema de informação de saúde.

A) Apenas o item I está certo.

B) Apenas os itens I e III estão certos.

C) Apenas os itens I e II estão certos.

D) Apenas os itens II e III estão certos.

E) Todos os itens estão certos.

Comentários:

I administração dos recursos orçamentários e financeiros destinados à saúde, em cada ano.



CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 15, define que a administração dos recursos orçamentários e financeiros destinados, em cada ano, à saúde é atribuição administrativa comum da União, estados, Distrito Federal e municípios.

~~II planejamento, organização, controle e avaliação de ações e serviços de saúde bem como gestão e execução dos serviços públicos de saúde.~~

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 15, define que a definição das instâncias e mecanismos de controle, avaliação e de fiscalização das ações e serviços de saúde é atribuição administrativa comum da União, estados, Distrito Federal e municípios.

III organização e coordenação do sistema de informação de saúde.

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 15, define que a organização e coordenação do sistema de informação de saúde é atribuição administrativa comum da União, estados, Distrito Federal e municípios.

Portanto, a **alternativa "B" é o gabarito** da questão.

12.(CESPE/CEBRASPE/Pref. Camaçari BA/2024) Com base na Lei n.º 8.080/1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços, julgue os itens que se seguem.

I O Estado deve prover as condições indispensáveis ao pleno exercício da saúde, podendo, assim, reduzir ou mesmo dispensar o dever da família, das empresas e da sociedade.

II É dever do Estado o estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde.

III Moradia, trabalho, renda, educação, transporte, e acesso aos bens e serviços essenciais são considerados como determinantes e condicionantes em saúde.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas o item I está certo.
- B) Apenas o item III está certo.
- C) Apenas os itens I e II estão certos.
- D) Apenas os itens II e III estão certos.
- E) Todos os itens estão certos.



Comentários:

I O Estado deve prover as condições indispensáveis ao pleno exercício da saúde, podendo, assim, reduzir ou mesmo dispensar o dever da família, das empresas e da sociedade.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 2º, define que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

O dever do Estado **não exclui** o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.

II É dever do Estado o estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde.

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 2º, define que o dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

III Moradia, trabalho, renda, educação, transporte, e acesso aos bens e serviços essenciais são considerados como determinantes e condicionantes em saúde.

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 3º, define que os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.

Portanto, a **alternativa "D" é o gabarito** da questão.

13.(CESPE/CEBRASPE/Pref. Camaçari BA/2024) De acordo com as diretrizes e bases da implantação do SUS em território brasileiro, Lei Federal n.º 8.080/1990, julgue os seguintes itens.

I O campo de atuação do SUS inclui a execução de ações de vigilância sanitária e epidemiológica, de saúde do trabalhador, de assistência farmacêutica, e de saúde bucal.

II O SUS reconhece que a saúde possui determinantes e condicionantes, como a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.

III No âmbito de competências do SUS, cabe a participação em normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde do trabalhador nas instituições e empresas públicas e privadas.



Assinale a opção correta.

- A) Apenas o item II está certo.
- B) Apenas o item III está certo.
- C) Apenas os itens I e II estão certos.
- D) Apenas os itens I e III estão certos.
- E) Todos os itens estão certos.

Comentários:

I O campo de atuação do SUS inclui a execução de ações de vigilância sanitária e epidemiológica, de saúde do trabalhador, de assistência farmacêutica, e de saúde bucal.

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 6º, define que estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a execução de ações de vigilância sanitária; de vigilância epidemiológica; de saúde do trabalhador; de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica; e de saúde bucal.

II O SUS reconhece que a saúde possui determinantes e condicionantes, como a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade t

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 3º, define que os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.

III No âmbito de competências do SUS, cabe a participação em normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde do trabalhador nas instituições e empresas públicas e privadas.

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 6º, define que se entende por saúde do trabalhador um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho, abrangendo participação na normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde do trabalhador nas instituições e empresas públicas e privadas.

Portanto, a **alternativa "E" é o gabarito** da questão.



14.(FGV/Câmara Municipal de São Paulo SP/2024) A proteção integral dos direitos humanos de todos os usuários e especial atenção à identificação de maus-tratos, de negligência e de violência sexual praticados contra crianças e adolescentes, foi incluída na Lei nº 8.080/90, como parte das(os)

- A) objetivos do SUS.
- B) princípios do SUS.
- C) atribuições do SUS.
- D) estratégias dos SUS.
- E) competências do SUS.

Comentário:

A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 7º, define que a proteção integral dos direitos humanos de todos os usuários e especial atenção à identificação de maus-tratos, de negligência e de violência sexual praticados contra crianças e adolescentes é um princípio do SUS.

Portanto, a **alternativa "B" é o gabarito** da questão.

15.(FGV/AL TO/2024) A organização dos serviços de saúde em atenção primária, secundária e terciária (níveis crescentes de complexidade) visando disponibilizar a assistência requerida para cada caso, diz respeito ao seguinte princípio do SUS:

- A) Equidade.
- B) Universalidade.
- C) Descentralização.
- D) Regionalização.
- E) Hierarquização.

Comentários:

A) Equidade.

INCORRETA. O objetivo desse princípio é diminuir desigualdades. Apesar de todas as pessoas possuírem direito aos serviços, as pessoas não são iguais e, por isso, têm necessidades



distintas. Em outras palavras, equidade significa tratar desigualmente os desiguais, investindo mais onde a carência é maior.

B) Universalidade.

INCORRETA. O Ministério da Saúde dispõe que na universalização a saúde é um direito de cidadania de todas as pessoas e cabe ao Estado assegurar este direito, sendo que o acesso às ações e serviços deve ser garantido a todas as pessoas, independentemente de sexo, raça, ocupação ou outras características sociais ou pessoais.

C) Descentralização.

INCORRETA. Descentralizar é redistribuir poder e responsabilidade entre os três níveis de governo.

D) Regionalização.

INCORRETA. A regionalização significa que os serviços devem ser organizados em níveis crescentes de complexidade, circunscritos a uma determinada área geográfica, planejados a partir de critérios epidemiológicos e com definição e conhecimento da população a ser atendida.

E) Hierarquização.

CORRETA. O Ministério da Saúde dispõe que a hierarquização deve proceder à divisão de níveis de atenção e garantir formas de acesso a serviços que façam parte da complexidade requerida pelo caso, nos limites dos recursos disponíveis numa dada região.

16.(FGV/AL TO/2024) Considerando as disposições da Lei nº 8.080/90 acerca da telessaúde, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() Entre os princípios que devem ser observados no exercício da telessaúde estão a assistência segura e com qualidade e a confidencialidade dos dados.

() Ao recusar o atendimento na modalidade telessaúde o paciente abre mão da possibilidade de atendimento presencial.

() Compete aos Conselhos Federais de fiscalização do exercício profissional a normatização ética relativa à prestação dos serviços na modalidade telessaúde.

As afirmativas são, respectivamente,

A) V – V – F.



- B) F – V – F.
- C) V – V – V.
- D) F – F – F.
- E) V – F – V.

Comentários:

(VERDADEIRO) Entre os princípios que devem ser observados no exercício da telessaúde estão a assistência segura e com qualidade e a confidencialidade dos dados.

A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 26-A, define que A telessaúde abrange a prestação remota de serviços relacionados a todas as profissões da área da saúde regulamentadas pelos órgãos competentes do Poder Executivo federal e obedecerá a alguns princípios, entre eles a autonomia do profissional de saúde, assistência segura e com qualidade ao paciente e a confidencialidade dos dados.

(FALSO) Ao recusar o atendimento na modalidade telessaúde o paciente ~~abre mão da possibilidade de atendimento presencial.~~

A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 26-A, define que a telessaúde abrange a prestação remota de serviços relacionados a todas as profissões da área da saúde regulamentadas pelos órgãos competentes do Poder Executivo federal e obedecerá a alguns princípios, entre eles o direito de recusa ao atendimento na modalidade telessaúde, com a garantia do atendimento presencial sempre que solicitado.

(VERDADEIRO) Compete aos Conselhos Federais de fiscalização do exercício profissional a normatização ética relativa à prestação dos serviços na modalidade telessaúde.

Compete aos conselhos federais de fiscalização do exercício profissional a normatização ética relativa à prestação dos serviços por meio da telessaúde, aplicando-se os padrões normativos adotados para as modalidades de atendimento presencial, no que não colidirem com os preceitos desta Lei.

Portanto, a **alternativa "E" é o gabarito** da questão.

17. (FGV/Câmara Municipal de São Paulo SP/2024) A participação da iniciativa privada está prevista na Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/1990.



De acordo com a referida Lei, a iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde em caráter

- A) complementar.
- B) permanente.
- C) prioritário.
- D) primário
- E) irrestrito.

Comentário:

A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 4º, define que o conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS).

A iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter **complementar**.

Portanto, a **alternativa "A" é o gabarito** da questão.

18.(Vunesp/MPE RO/2024) Marta, aos 18 anos, sofreu um acidente de automóvel e ficou com sua capacidade cognitiva diminuída, sendo que sua mãe, Joana, é sua curadora definitiva e tem com ela os cuidados cotidianos. Hoje Marta está com 45 anos, e Joana agendou exames ginecológicos para si e para sua filha.

Nesse contexto hipotético, de acordo com o que prevê a Lei no 8.080/90 (Sistema Único de Saúde), assinale a alternativa correta.

A) Joana deve ter como acompanhante sua mãe em todos os procedimentos, inclusive se necessitar de atendimento realizado em Unidade de Terapia Intensiva, mesmo que o corpo clínico alegue que tal acompanhamento possui restrições relacionadas à segurança ou à saúde dos pacientes.

B) Passando Marta por uma situação de urgência e emergência, os profissionais de saúde devem aguardar a presença de Joana para atuar na defesa de sua saúde, já que ela é curadora definitiva da filha.



C) Tanto Marta quanto Joana, durante a realização de exames em unidades públicas ou privadas, têm direito a um acompanhante, por todo o período de atendimento, mesmo sem qualquer notificação prévia ao estabelecimento onde farão exames e consultas.

D) Joana só poderia estar assistida por um acompanhante nos serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), da rede própria ou conveniada, se estivesse em trabalho de parto, parto e pós-parto imediato.

E) Se Joana necessitar fazer exame que lhe diminua consciência, com uso de sedativos, e não estiver com um acompanhante, o exame não será realizado, mesmo que ela renuncie, por escrito, ao direito de ter um acompanhante.

Comentário:

A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 19-J, define que em consultas, exames e procedimentos realizados em unidades de saúde públicas ou privadas, toda mulher tem o direito de fazer-se acompanhar por pessoa maior de idade, durante todo o período do atendimento, independentemente de notificação prévia.

Portanto, a **alternativa "C" é o gabarito** da questão.

19.(Vunesp/Câmara de Marília SP/2023) Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei nº 8.080/90.

A) Caberá à União e aos Estados, com dotações próprias, financiar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

B) No âmbito do Sistema Único de Saúde, é vedada a internação domiciliar.

C) À direção municipal do Sistema de Saúde (SUS) compete gerir laboratórios públicos de saúde e hemocentros.

D) A vigilância nutricional e a orientação alimentar são áreas que não estão expressamente incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde.

E) Em situações epidemiológicas que caracterizem emergência em saúde pública, deve ser adotado procedimento padrão para a remessa de patrimônio genético ao exterior, sob pena de cometimento de improbidade administrativa.

Comentários:

A) Caberá à União e aos **Estados**, com dotações próprias, financiar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.



INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 19-C, define que cabe à União, com seus recursos próprios, financiar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

B) No âmbito do Sistema Único de Saúde, é vedada a internação domiciliar.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 19-I, define que são estabelecidos, no âmbito do Sistema Único de Saúde, o atendimento domiciliar e a internação domiciliar.

C) À direção municipal do Sistema de Saúde (SUS) compete gerir laboratórios públicos de saúde e hemocentros.

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 18, define que cabe a direção municipal de saúde do Sistema de Saúde (SUS) compete gerir laboratórios públicos de saúde e hemocentros.

D) A vigilância nutricional e a orientação alimentar são áreas que não estão expressamente incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 6º, define que estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a **vigilância nutricional e a orientação alimentar**, a colaboração na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho, entre outras.

E) Em situações epidemiológicas que caracterizem emergência em saúde pública, deve ser adotado ~~procedimento padrão~~ para a remessa de patrimônio genético ao exterior, sob pena de cometimento de improbidade administrativa.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 16, define que em situações epidemiológicas que caracterizem emergência em saúde pública, poderá ser adotado **procedimento simplificado** para a remessa de patrimônio genético ao exterior, na forma do regulamento.

20.(Vunesp/Prefeitura de São José do Rio Preto SP/2023) Com relação à prática da telessaúde, assinale a alternativa correta, com base na Lei Federal nº 8.080/90.

A) Embora seja permitida para a saúde privada, a prestação remota de serviços de saúde é vedada no âmbito do Sistema Único de Saúde.

B) Consiste na prestação remota de serviços relacionados a todas as profissões da área da saúde regulamentadas pelos órgãos competentes do Poder Executivo federal.



C) É dispensada a inscrição complementar para até dez atendimentos mensais para o profissional de saúde que exercer a profissão em outra jurisdição por meio da modalidade telessaúde.

D) Trata da prestação de remota de serviços de medicina, excluído os médicos veterinários, a ser regulamentado pelos órgãos competentes do Poder Executivo federal.

E) A prestação de remota de serviços de medicina deve envolver chamadas de voz e vídeo, vedadas a utilização somente de mensagens de texto, garantindo-se a transmissão segura de dados e informações de saúde.

Comentários:

A) Embora seja permitida para a saúde privada, a prestação remota de serviços de saúde é vedada no âmbito do Sistema Único de Saúde.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 24, define que quando as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, o Sistema Único de Saúde (SUS) poderá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada.

B) Consiste na prestação remota de serviços relacionados a todas as profissões da área da saúde regulamentadas pelos órgãos competentes do Poder Executivo federal.

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 26-A, define que a telessaúde abrange a prestação remota de serviços relacionados a todas as profissões da área da saúde regulamentadas pelos órgãos competentes do Poder Executivo federal.

C) É dispensada a inscrição complementar para até dez atendimentos mensais para o profissional de saúde que exercer a profissão em outra jurisdição por meio da modalidade telessaúde.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 26-H, define que é dispensada a inscrição secundária ou complementar do profissional de saúde que exercer a profissão em outra jurisdição exclusivamente por meio da modalidade telessaúde.

D) Trata da prestação de remota de serviços de medicina, excluído os médicos veterinários, a ser regulamentado pelos órgãos competentes do Poder Executivo federal.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 26-A, define que a telessaúde abrange a prestação remota de serviços relacionados a todas as profissões da área da saúde regulamentadas pelos órgãos competentes do Poder Executivo federal.



E) A prestação de remota de serviços de medicina deve envolver chamadas de voz e vídeo, vedadas a utilização somente de mensagens de texto, garantindo-se a transmissão segura de dados e informações de saúde.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 26-B, define que se considera telessaúde a modalidade de prestação de serviços de saúde a distância, por meio da utilização das tecnologias da informação e da comunicação, que envolve, entre outros, a transmissão segura de dados e informações de saúde, por meio de textos, de sons, de imagens ou outras formas adequadas.

21.(Vunesp/Câmara de Tanabi SP /2023) Assinale a alternativa correta sobre as disposições contidas na Lei nº 8.080/90.

A) A iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS) em caráter concorrente e preliminar.

B) As ações e os serviços de saúde, executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), seja diretamente ou mediante participação da iniciativa privada, serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade decrescente.

C) A União poderá executar ações de vigilância epidemiológica e sanitária em circunstâncias especiais, como na ocorrência de agravos inusitados à saúde, que possam escapar do controle da direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) ou que representem risco de disseminação nacional.

D) Os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde – SUS, da rede própria ou conveniada, ficam obrigados a permitir a presença, junto à parturiente, de 2 (dois) acompanhantes durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato.

E) É obrigatória a inscrição secundária ou complementar do profissional de saúde que exercer a profissão em outra jurisdição exclusivamente por meio da modalidade telessaúde.

Comentários:

A) A iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS) em caráter concorrente e preliminar

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 4º, define que o conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS).



A iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter **complementar**.

B) As ações e os serviços de saúde, executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), seja diretamente ou mediante participação da iniciativa privada, serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade **decrecente**.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 8º, define que as ações e serviços de saúde, executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), seja diretamente ou mediante participação complementar da iniciativa privada, serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade **crescente**.

C) A União poderá executar ações de vigilância epidemiológica e sanitária em circunstâncias especiais, como na ocorrência de agravos inusitados à saúde, que possam escapar do controle da direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) ou que representem risco de disseminação nacional.

CORRETA. Além disso, a Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 16, define que em situações epidemiológicas que caracterizem emergência em saúde pública, poderá ser adotado procedimento simplificado para a remessa de patrimônio genético ao exterior, na forma do regulamento.

D) Os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde – SUS, ~~da rede própria ou conveniada, ficam obrigados a permitir a presença, junto à parturiente, de 2 (dois) acompanhantes durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato.~~

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 19-J, define que em consultas, exames e procedimentos realizados em unidades de saúde públicas ou privadas, toda mulher tem o direito de fazer-se acompanhar por pessoa maior de idade, durante todo o período do atendimento, independentemente de notificação prévia.

E) ~~É obrigatória a inscrição secundária ou complementar do profissional de saúde que exercer a profissão em outra jurisdição exclusivamente por meio da modalidade telessaúde.~~

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 26-H, define que é dispensada a inscrição secundária ou complementar do profissional de saúde que exercer a profissão em outra jurisdição exclusivamente por meio da modalidade telessaúde.

22.(Vunesp/Prefeitura de Campinas SP /2023) Assinale a alternativa correta sobre a competência para a definição, coordenação e execução de serviços de vigilância sanitária de acordo com o disposto na Lei nº 8.080/1990.



A) Compete à direção estadual do Sistema Único de Saúde definir os serviços de vigilância sanitária.

B) Compete à direção estadual do Sistema Único de Saúde coordenar com exclusividade os serviços de vigilância sanitária.

C) Compete à direção municipal do Sistema Único de Saúde definir e coordenar os serviços de vigilância sanitária.

D) Compete à direção municipal do Sistema Único de Saúde executar os serviços de vigilância sanitária.

E) Compete à direção nacional do Sistema Único de Saúde definir e coordenar com exclusividade os serviços de vigilância sanitária.

Comentários:

~~A) Compete à direção estadual do Sistema Único de Saúde definir os serviços de vigilância sanitária.~~

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 16, define que à direção nacional do SUS compete definir e coordenar os sistemas de vigilância sanitária.

~~B) Compete à direção estadual do Sistema Único de Saúde coordenar com exclusividade os serviços de vigilância sanitária.~~

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 17, define que à direção estadual do SUS compete coordenar e, em caráter complementar, executar ações e serviços de vigilância sanitária.

~~C) Compete à direção municipal do Sistema Único de Saúde definir e coordenar os serviços de vigilância sanitária.~~

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 18, define que compete à direção municipal do Sistema Único de Saúde executar os serviços de vigilância sanitária.

~~D) Compete à direção municipal do Sistema Único de Saúde executar os serviços de vigilância sanitária.~~

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 18, define que compete à direção municipal do Sistema Único de Saúde executar os serviços de vigilância sanitária.

~~E) Compete à direção nacional do Sistema Único de Saúde definir e coordenar com exclusividade os serviços de vigilância sanitária.~~



INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 17, define que à direção estadual do SUS compete coordenar e, em caráter complementar, executar ações e serviços de vigilância sanitária.

23.(Vunesp/Prefeitura de Pindamonhangaba SP /2023) O controle de bens de consumo e da prestação de serviços que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde faz parte do campo de atuação do SUS, definido na Lei Orgânica de Saúde (Lei no 8.080/1990). As ações voltadas para atingir esse objetivo são desenvolvidas no âmbito da Vigilância

- A) Epidemiológica.
- B) de Controle de Endemias.
- C) Sanitária.
- D) em Saúde Ambiental.
- E) em Saúde do Trabalhador.

Comentário:

A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 6º, define que Entende-se por vigilância sanitária um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo:

I - o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo; e

II - o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde.

Portanto, a **alternativa "C" é o gabarito** da questão.

24.(FUNDEP/Pref. de Campanha MG/2024) Com relação à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, analise as afirmativas a seguir.

I. Essa lei regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde, executados isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito público ou privado.



II. A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

III. O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS).

Estão corretas as afirmativas

- A) I e II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, II e III.

Comentários:

I. Essa lei regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde, executados isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito público ou privado.

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 1º, define que esta lei regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde, executados isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito Público ou privado.

II. A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 2º, define que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

III. O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS).

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 4º, define que o conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS)

Portanto, a **alternativa "D" é o gabarito** da questão.



25.(FUNDEP/Pref. de Curvelo MG/2024) São funções do Sistema Único de Saúde:

A) Oferecer integralidade assistencial que deve ser entendida como o conjunto das ações e serviços médicos, individuais, curativos, com foco na doença, contemplando ações de intervenções na saúde das pessoas.

B) Executar ações de formulação da política de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e outros insumos de interesse para a saúde e a participação na sua produção.

C) Articular políticas e programas intersetoriais, com exceção daqueles voltados para a formação de recursos humanos.

D) Realizar a vigilância nutricional e a orientação alimentar sem necessidade de fiscalizar e inspecionar alimentos, água e bebidas para consumo humano.

Comentários:

A) Oferecer integralidade assistencial que deve ser entendida como o conjunto das ações e serviços médicos, individuais, curativos, com foco na doença, contemplando ações de intervenções na saúde das pessoas.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 7º, define que a integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.

B) Executar ações de formulação da política de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e outros insumos de interesse para a saúde e a participação na sua produção.

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 6º, define que está incluída ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a formulação da política de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e outros insumos de interesse para a saúde e a participação na sua produção.

C) Articular políticas e programas intersetoriais, com exceção daqueles voltados para a formação de recursos humanos.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 13, define que a articulação das políticas e programas, a cargo das comissões intersetoriais, abrangerá, em especial, as seguintes atividades:

I - alimentação e nutrição;



- II - saneamento e meio ambiente;
- III - vigilância sanitária e farmacoepidemiologia;
- IV - **recursos humanos**;
- V - ciência e tecnologia; e
- VI - saúde do trabalhador.

D) Realizar a vigilância nutricional e a orientação alimentar ~~sem~~ necessidade de fiscalizar e inspecionar alimentos, água e bebidas para consumo humano.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 6º, define que está incluída ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a fiscalização e a inspeção de alimentos, água e bebidas para consumo humano.

26.(FUNDEP/Pref. de Curvelo MG/2024) Durante a pandemia de Covid-19, a telessaúde emergiu como uma ferramenta fundamental para garantir a continuidade do atendimento médico e a segurança tanto dos pacientes quanto dos profissionais de saúde.

Com base na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, essa modalidade de atendimento não obedecerá ao seguinte princípio:

- A) Assistência segura e com qualidade ao paciente.
- B) Estrita observância das atribuições legais de cada profissão.
- C) Publicidade dos dados.
- D) Responsabilidade digital.

Comentário:

A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 26-A, define que A telessaúde abrange a prestação remota de serviços relacionados a todas as profissões da área da saúde regulamentadas pelos órgãos competentes do Poder Executivo federal e obedecerá aos seguintes princípios:

- I - autonomia do profissional de saúde
- II - consentimento livre e informado do paciente;



III - direito de recusa ao atendimento na modalidade telessaúde, com a garantia do atendimento presencial sempre que solicitado;

IV - dignidade e valorização do profissional de saúde;

V - assistência segura e com qualidade ao paciente;

VI - confidencialidade dos dados;

VII - promoção da universalização do acesso dos brasileiros às ações e aos serviços de saúde;

VIII - estrita observância das atribuições legais de cada profissão

IX - responsabilidade digital.

Portanto, a **alternativa "C" é o gabarito** da questão.

27.(FUNDEP/Pref. de Campanha MG/2024) Tendo por base a Lei nº 8.080/1990, não compete à direção municipal do Sistema de Saúde (SUS):

- A) Controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde.
- B) Dar execução, no âmbito municipal, à política de insumos e equipamentos para a saúde.
- C) Controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde.
- D) Gerir laboratórios públicos de saúde e hemocentros.

Comentários:

A) Controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde.

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 16, define que controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde é uma atribuição da **direção nacional** do SUS.

B) Dar execução, no âmbito municipal, à política de insumos e equipamentos para a saúde.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 18, define que dar execução, no âmbito municipal, à política de insumos e equipamentos para a saúde é uma atribuição da direção municipal do SUS.

C) Controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde.



INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 18, define que controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde é uma atribuição da direção municipal do SUS.

D) Gerir laboratórios públicos de saúde e hemocentros.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 18, define que gerir laboratórios públicos de saúde e hemocentros é uma atribuição da direção municipal do SUS.

28.(FUNDEP/Pref. de Campanha MG/2024) Estão incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a execução das seguintes ações, exceto:

- A) De saúde bucal.
- B) De vigilância epidemiológica.
- C) De vigilância socioassistencial.
- D) De saúde do trabalhador.

Comentário:

A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 6º, define que estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a execução de ações de vigilância sanitária; de **vigilância epidemiológica**; de **saúde do trabalhador**; de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica; e de **saúde bucal**.

Portanto, a **alternativa "C" é o gabarito** da questão.

29.(FUNDEP/Pref. de Cordisburgo MG/2024) O Sistema Único de Saúde (SUS) foi definido pela Constituição de 1988 e regulamentado em 19 de setembro de 1990, por meio da Lei nº 8.080.

Fazem parte dos princípios e diretrizes do SUS, exceto:

- A) Universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência.
- B) Igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie.
- C) Centralização político-administrativa com direção única do Ministério da Saúde.
- D) Participação da Comunidade.



Comentário:

A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 7º, define que as ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda com alguns princípios, entre eles:

- Universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;
- Integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;
- Igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;
- Direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde;
- Utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática;
- Participação da comunidade;
- **Descentralização** político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo.

Portanto, a **alternativa "C" é o gabarito** da questão.

30.(FUNDEP/Pref. de Curvelo MG/2024) A Lei nº 8.080, de 19 de setembro 1990, informa sobre a criação de comissões intersetoriais de âmbito nacional, subordinadas ao Conselho Nacional de Saúde, integradas pelos Ministérios e órgãos competentes e por entidades representativas da sociedade civil. As comissões intersetoriais terão a finalidade de articular políticas e programas de interesse para a saúde, cuja execução envolva áreas não compreendidas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

São políticas e programas articulados a cargo das comissões intersetoriais, exceto:

- A) Ciência e tecnologia
- B) Saúde do trabalhador
- C) Educação e alfabetização
- D) Saneamento e meio ambiente



Comentário:

A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 7º, define que a articulação das políticas e programas, a cargo das comissões intersetoriais, abrangerá, em especial, as seguintes atividades:

- I - Alimentação e nutrição;
- II - **Saneamento e meio ambiente;**
- III - Vigilância sanitária e farmacoepidemiologia;
- IV - Recursos humanos;
- V - **Ciência e tecnologia;** e
- VI - **Saúde do trabalhador.**

Portanto, a **alternativa "C" é o gabarito** da questão.

31.(FUNDEP/UFOP/2024) Quanto à hierarquização do Sistema Único de Saúde (SUS), a rede de serviços deve ser organizada de forma

- A) municipalizada.
- B) estadualizada.
- C) federalizada.
- D) regionalizada.

Comentário:

A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 8º, define que as ações e serviços de saúde, executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), seja diretamente ou mediante participação complementar da iniciativa privada, serão organizados de forma **regionalizada** e hierarquizada em níveis de complexidade crescente.

Portanto, a **alternativa "D" é o gabarito** da questão.

32.(FUNDEP/Pref. de Curvelo MG/2024) Com relação à regionalização em saúde, assinale a alternativa correta.



A) A regionalização em saúde significa distribuir igualmente os recursos financeiros em saúde, considerando as regiões geográficas, como forma de reduzir as diferenças loco-regionais.

B) A regionalização em saúde consiste em concentrar todos os serviços de saúde especializados em um único local, dotado de alta densidade tecnológica e elevada complexidade, para facilitar o acesso da população.

C) A regionalização em saúde implica na centralização das decisões de saúde no nível estadual, para que haja uma divisão equânime dos serviços para toda a população do estado, garantindo assim a universalidade do acesso.

D) A regionalização em saúde envolve a organização das ações e serviços de saúde em diferentes regiões geográficas, com base nas necessidades e características da população, visando à complementaridade e à cooperação entre os serviços.

Comentários:

~~A) A regionalização em saúde significa distribuir igualmente os recursos financeiros em saúde, considerando as regiões geográficas, como forma de reduzir as diferenças loco-regionais.~~

INCORRETA. A regionalização significa que os serviços devem ser organizados em níveis crescentes de complexidade, circunscritos a uma determinada área geográfica, planejados a partir de critérios epidemiológicos e com definição e conhecimento da população a ser atendida.

~~B) A regionalização em saúde consiste em concentrar todos os serviços de saúde especializados em um único local, dotado de alta densidade tecnológica e elevada complexidade, para facilitar o acesso da população.~~

INCORRETA. A regionalização significa que os serviços devem ser organizados em níveis crescentes de complexidade, circunscritos a uma determinada área geográfica, planejados a partir de critérios epidemiológicos e com definição e conhecimento da população a ser atendida.

~~C) A regionalização em saúde implica na centralização das decisões de saúde no nível estadual, para que haja uma divisão equânime dos serviços para toda a população do estado, garantindo assim a universalidade do acesso.~~

INCORRETA. A regionalização significa que os serviços devem ser organizados em níveis crescentes de complexidade, circunscritos a uma determinada área geográfica, planejados a partir de critérios epidemiológicos e com definição e conhecimento da população a ser atendida.

~~D) A regionalização em saúde envolve a organização das ações e serviços de saúde em diferentes regiões geográficas, com base nas necessidades e características da população, visando à complementaridade e à cooperação entre os serviços.~~



CORRETA. A regionalização significa que os serviços devem ser organizados em níveis crescentes de complexidade, circunscritos a uma determinada área geográfica, planejados a partir de critérios epidemiológicos e com definição e conhecimento da população a ser atendida.

33.(FUNDEP/UFOP/2024) Sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), assinale a alternativa correta.

A) Cabe ao SUS executar ações de formulação da política de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e outros insumos de interesse para a saúde e a participação na sua produção.

B) Trata-se de um dos objetivos do SUS oferecer assistência à saúde prioritariamente para os mais vulneráveis e idosos.

C) Um dos princípios do SUS aponta que a integralidade de assistência deve ser entendida como o conjunto das ações e serviços médicos, individuais, curativos, com foco na doença, contemplando ações de intervenções na saúde das pessoas, especialmente no nível hospitalar.

D) A organização do SUS prevê a articulação das políticas e programas intersetoriais, com exceção daqueles voltados para a formação de recursos humanos.

Comentários:

A) Cabe ao SUS executar ações de formulação da política de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e outros insumos de interesse para a saúde e a participação na sua produção.

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 6º, define que também estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a colaboração na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

B) Trata-se de um dos objetivos do SUS oferecer assistência à saúde prioritariamente para os mais vulneráveis e idosos.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 5º, define que são objetivos do Sistema Único de Saúde SUS:

I - a identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde;

II - a formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social, a observância do disposto no § 1º do art. 2º desta lei;

III - a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas.



C) Um dos princípios do SUS aponta que a integralidade de assistência deve ser entendida como o conjunto das ações e serviços médicos, individuais, curativos, ~~com foco na doença, contemplando ações de intervenções na saúde das pessoas, especialmente no nível hospitalar.~~

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 7º, define que a integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.

D) A organização do SUS prevê a articulação das políticas e programas intersetoriais, com ~~exceção~~ daqueles voltados para a formação de recursos humanos.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 7º, define que a articulação das políticas e programas, a cargo das comissões intersetoriais, abrangerá, em especial, as seguintes atividades:

- I - Alimentação e nutrição;
- II - Saneamento e meio ambiente;
- III - Vigilância sanitária e farmacoepidemiologia;
- IV - **Recursos humanos**;
- V - Ciência e tecnologia; e
- VI - Saúde do trabalhador.

34.(FUNDEP/Pref. de Cordisburgo MG/2024) A Lei Orgânica do SUS (Sistema Único de Saúde) expressa a saúde como um direito fundamental do ser humano.

Como esse direito deve ser assegurado pelo Estado?

- A) Por meio de consultas especializadas que possam realizar diagnósticos o mais rápido possível.
- B) Por meio da oferta de acesso universal e igualitário aos serviços de saúde.
- C) Por meio de políticas de passe livre para produtos farmacêuticos e medicamentos.
- D) Por meio da implantação de serviços de ciência e tecnologia.

Comentário:



A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 2º, define que o dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem **acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.**

Portanto, a **alternativa "B" é o gabarito** da questão.

35.(FUNDATEC/Pref. de Criciúma SC/2024) Conforme estatui a Lei nº 8.080/1990, é correto afirmar que:

A) Serão criadas comissões intersetoriais de âmbito municipal, subordinadas ao secretário municipal de saúde, com a finalidade de propor fiscalização orçamentária.

B) Serão criadas comissões intersetoriais de âmbito estadual, com a responsabilidade de formular estratégias de controle financeiro.

C) Serão criadas comissões intersetoriais de âmbito nacional, subordinadas ao Conselho Nacional de Saúde.

D) Deverão ser criadas Comissões Paritárias Permanentes de Integração entre serviços de saúde e instituições sindicais e filantrópicas.

E) Deverão ser criadas comissões permanentes de integração entre gestores públicos e serviços assistenciais comunitários.

Comentário:

A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 12, define que serão criadas **comissões intersetoriais de âmbito nacional, subordinadas ao Conselho Nacional de Saúde**, integradas pelos Ministérios e órgãos competentes e por entidades representativas da sociedade civil.

As comissões intersetoriais terão a finalidade de articular políticas e programas de interesse para a saúde, cuja execução envolva áreas não compreendidas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Portanto, a **alternativa "C" é o gabarito** da questão.

36.(FUNDATEC/Pref. de Criciúma SC/2024) De acordo com a Lei nº 8.080/1990, são atribuições comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em seu âmbito administrativo:



I. Acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS.

II. Elaborar e atualizar periodicamente o plano de saúde.

III. Realizar pesquisas e estudos na área de saúde.

Quais estão corretas?

A) Apenas I.

B) Apenas III.

C) Apenas I e II.

D) Apenas II e III.

E) I, II e III.

Comentários:

I- ~~Acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS.~~

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 12, define que em seu artigo 15, define que realizar acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS é uma atribuição administrativa da direção estadual do SUS.

II-Elaborar e atualizar periodicamente o plano de saúde.

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 15, define que elaborar e atualizar periodicamente o plano de saúde é uma atribuição administrativa da União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

III. Realizar pesquisas e estudos na área de saúde.

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 15, define que realizar pesquisas e estudos na área de saúde é uma atribuição administrativa da União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Portanto, a alternativa "D" é o gabarito da questão.

37.(FUNDATEC/Pref. de Criciúma SC/2024) A respeito da assistência terapêutica e da incorporação de tecnologia em saúde, a Lei nº 8.080/1990, Capítulo VIII, estatui que a responsabilidade financeira pelo fornecimento de medicamentos, produtos de interesse para a saúde ou procedimentos de que trata este Capítulo será pactuada na:



- A) Comissão Intergestores Tripartite.
- B) Comissão Intergestores Bipartite.
- C) Secretaria de Estado da Saúde dos municípios.
- D) Secretaria Municipal de Saúde, ou órgão equivalente.
- E) Secretaria de Vigilância em Saúde.

Comentário:

A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 19-U, define que a responsabilidade financeira pelo fornecimento de medicamentos, produtos de interesse para a saúde ou procedimentos de que trata este Capítulo será pactuada na **Comissão Intergestores Tripartite**.

Lembre-se que a pactuações nacionais devem ser feitas por entidades ou instancias que abrangem a nação, nesse caso a CIT, que trata da operacionalização do SUS

Portanto, a **alternativa "A" é o gabarito** da questão.

38.(FUNDATEC/Pref. de Criciúma SC/2024) A respeito da telessaúde, conforme o que estatui a Lei nº 8.080/1990, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A prática da telessaúde deve ser realizada por consentimento livre e esclarecido do paciente ou de seu representante legal, e sob responsabilidade do profissional de saúde.
- B) A telessaúde abrange a prestação remota de serviços relacionados a todas as profissões da área da saúde, regulamentadas pelos órgãos competentes do Poder Executivo Federal.
- C) Os atos do profissional de saúde, quando praticados na modalidade telessaúde, terão validade apenas no Município ou no Distrito Federal em que atua.
- D) Ao profissional de saúde são asseguradas a liberdade e a completa independência de decidir sobre a utilização ou não da telessaúde.
- E) Compete aos conselhos federais de fiscalização do exercício profissional a normatização ética relativa à prestação dos serviços previstos da telessaúde.

Comentários:

A) A prática da telessaúde deve ser realizada por consentimento livre e esclarecido do paciente ou de seu representante legal, e sob responsabilidade do profissional de saúde.



CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 26-A, define que a prática da telessaúde deve ser realizada por consentimento livre e esclarecido do paciente ou de seu representante legal, e sob responsabilidade do profissional de saúde.

B) A telessaúde abrange a prestação remota de serviços relacionados a todas as profissões da área da saúde, regulamentadas pelos órgãos competentes do Poder Executivo Federal.

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 26-A, define que a telessaúde abrange a prestação remota de serviços relacionados a todas as profissões da área da saúde, regulamentadas pelos órgãos competentes do Poder Executivo Federal.

C) Os atos do profissional de saúde, quando praticados na modalidade telessaúde, terão validade apenas no Município ou no Distrito Federal em que atua.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 26-A, define que os atos do profissional de saúde, quando praticados na modalidade telessaúde, terão validade em todo o território nacional.

D) Ao profissional de saúde são asseguradas a liberdade e a completa independência de decidir sobre a utilização ou não da telessaúde.

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 26-A, define que ao profissional de saúde são asseguradas a liberdade e a completa independência de decidir sobre a utilização ou não da telessaúde.

E) Compete aos conselhos federais de fiscalização do exercício profissional a normatização ética relativa à prestação dos serviços previstos da telessaúde.

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 26-A, define que compete aos conselhos federais de fiscalização do exercício profissional a normatização ética relativa à prestação dos serviços previstos da telessaúde.

39.(FUNDATEC/Pref. de Criciúma SC/2024) De acordo com a Lei nº 8.080/1990, Art. 3º, é correto afirmar que os níveis de saúde expressam:

- A) A equidade do atendimento da população do País.
- B) As crenças, os costumes e os investimentos na saúde de cada ente federativo.
- C) Os determinantes operacionais de cada ente federativo financiados pelo SUS.
- D) Os determinantes ambientais e contratuais das redes de atenção à saúde.



E) A organização social e econômica do País.

Comentário:

A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 3º, define que os níveis de saúde expressam a **organização social e econômica do País**, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.

Dizem respeito também à saúde as ações que se destinam a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social.

Portanto, a **alternativa "E" é o gabarito** da questão.

40.(FUNDATEC/Pref. de Criciúma SC/2024) De acordo com a Lei nº 8.080/1990, Art. 6º, a Vigilância _____ abrange o controle de bens de consumo e o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho acima.

- A) Ambiental
- B) Epidemiológica
- C) Jurídica
- D) Sanitária
- E) Toxicológica

Comentário:

A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 6º, define que se entende por **vigilância sanitária** um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo:

I - o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo; e

II - o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde.



Portanto, a alternativa "D" é o gabarito da questão.

41.(FUNDATEC/Pref. de Bagé RS/2024) Analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas, em relação às Leis Orgânicas da Saúde, Lei nº 8.080/1990 e Lei nº 8.142/1990, que regulamentam o Sistema Único de Saúde (SUS).

() A execução de ações de vigilância sanitária, de vigilância epidemiológica e de saúde do trabalhador também fazem parte do campo de atuação do SUS.

() As ações e serviços de saúde, executados pelo SUS, serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade crescente.

() A Conferência de Saúde é o espaço previsto para a participação da comunidade na gestão do SUS, em caráter permanente e deliberativo.

() A identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde fazem parte dos objetivos do SUS.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

A) V – F – F – V.

B) V – V – F – V.

C) F – F – V – V.

D) F – V – V – F.

E) V – F – F – F.

Comentários:

(VERDADEIRA) A execução de ações de vigilância sanitária, de vigilância epidemiológica e de saúde do trabalhador também fazem parte do campo de atuação do SUS.

A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 6º, define que estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a execução de ações de vigilância sanitária; de **vigilância epidemiológica**; de **saúde do trabalhador**; de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica; e de saúde bucal.

(VERDADEIRA) As ações e serviços de saúde, executados pelo SUS, serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade crescente.



A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 8º, define que as ações e serviços de saúde, executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), seja diretamente ou mediante participação complementar da iniciativa privada, serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade crescente.

(FALSA) A Conferência de Saúde é o espaço previsto para a participação da comunidade na gestão do SUS, em caráter permanente e deliberativo.

A Lei Federal nº 8.142/90, em seu artigo 1º, define que a Conferência de Saúde **reunir-se-á a cada quatro anos** com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes, convocada pelo Poder Executivo ou, extraordinariamente, por esta ou pelo Conselho de Saúde.

(VERDADEIRA) A identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde fazem parte dos objetivos do SUS.

A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 5º, define que são objetivos do Sistema Único de Saúde SUS:

I - a identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde;

II - a formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social, a observância do disposto no § 1º do art. 2º desta lei;

III - a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas.

Portanto, a **alternativa "B" é o gabarito** da questão.

42.(FUNDATEC/Pref. de Criciúma SC/2024) A respeito das competências por esfera de gestão do SUS, estabelecidas pela Lei nº 8080/1990, é correto afirmar que:

A) Ao governo federal compete planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde.

B) Definir e coordenar os sistemas de redes integradas de assistência de alta complexidade é competência dos estados e do Distrito Federal.

C) É competência primária dos municípios executar serviços de saúde bucal, que podem ser executados em caráter complementar pela gestão estadual.



D) Definir, coordenar os sistemas e executar serviços de vigilância epidemiológica é competência da União.

E) Compete aos estados e ao Distrito Federal formar consórcios administrativos intermunicipais como forma de apoio à gestão municipal.

Comentários:

A) Ao governo ~~federal~~ compete planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 18, define que planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde é uma atribuição administrativa municipal do SUS.

B) Definir e coordenar os sistemas de redes integradas de assistência de alta complexidade é competência dos ~~estados e do Distrito Federal~~.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 16, define que definir e coordenar os sistemas de redes integradas de assistência de alta complexidade é uma atribuição administrativa nacional do SUS.

C) É competência primária dos municípios executar serviços de saúde bucal, que podem ser executados em caráter complementar pela gestão estadual.

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 18, define que é competência administrativa municipal do SUS executar serviços de saúde bucal. Também define, em seu artigo 17 que é uma competência da administração estadual do SUS coordenar e, em caráter complementar, executar ações e serviços de saúde bucal.

D) Definir, coordenar os sistemas e ~~executar serviços~~ de vigilância epidemiológica é competência da União.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 15, define que definir, coordenar os sistemas de vigilância epidemiológica é uma atribuição administrativa da nacional do SUS.

Porém, e executar serviços de vigilância epidemiológica é uma atribuição administrativa da municipal do SUS.

E) Compete aos ~~estados e ao Distrito Federal~~ formar consórcios administrativos intermunicipais como forma de apoio à gestão municipal.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 18, define que formar consórcios administrativos intermunicipais é uma atribuição administrativa municipal do SUS.



43.(FUNDATEC/GHC RS/2024) Quanto ao acompanhamento da mulher nos serviços de saúde, de acordo com a Lei nº 8.080/1990, assinale a alternativa INCORRETA.

A) No caso de atendimento realizado em centro cirúrgico ou unidade de terapia intensiva com restrições relacionadas à segurança ou à saúde dos pacientes, devidamente justificadas pelo corpo clínico, não será admitido acompanhante.

B) Em caso de atendimento com sedação, a eventual renúncia da paciente ao direito previsto neste artigo deverá ser feita por escrito, após o esclarecimento dos seus direitos, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, assinada por ela e arquivada em seu prontuário.

C) O acompanhante será de livre indicação da paciente ou, nos casos em que ela esteja impossibilitada de manifestar sua vontade, de seu representante legal, e estará obrigado a preservar o sigilo das informações de saúde de que tiver conhecimento em razão do acompanhamento.

D) No caso de atendimento que envolva qualquer tipo de sedação ou rebaixamento do nível de consciência, caso a paciente não indique acompanhante, a unidade de saúde responsável pelo atendimento indicará pessoa para acompanhá-la, preferencialmente profissional de saúde do sexo feminino.

E) As unidades de saúde de todo o País ficam obrigadas a manter, em local visível de suas dependências, aviso que informe sobre o direito estabelecido.

Comentários:

A) No caso de atendimento realizado em centro cirúrgico ou unidade de terapia intensiva com restrições relacionadas à segurança ou à saúde dos pacientes, devidamente justificadas pelo corpo clínico, não será admitido acompanhante.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 19-J, define que no caso de atendimento realizado em centro cirúrgico ou unidade de terapia intensiva com restrições relacionadas à segurança ou à saúde dos pacientes, devidamente justificadas pelo corpo clínico, somente será admitido acompanhante que seja profissional de saúde.

B) Em caso de atendimento com sedação, a eventual renúncia da paciente ao direito previsto neste artigo deverá ser feita por escrito, após o esclarecimento dos seus direitos, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, assinada por ela e arquivada em seu prontuário.

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 19-J, define que

C) O acompanhante será de livre indicação da paciente ou, nos casos em que ela esteja impossibilitada de manifestar sua vontade, de seu representante legal, e estará obrigado a



preservar o sigilo das informações de saúde de que tiver conhecimento em razão do acompanhamento.

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 19-J, define que o acompanhante será de livre indicação da paciente ou, nos casos em que ela esteja impossibilitada de manifestar sua vontade, de seu representante legal, e estará obrigado a preservar o sigilo das informações de saúde de que tiver conhecimento em razão do acompanhamento.

D) No caso de atendimento que envolva qualquer tipo de sedação ou rebaixamento do nível de consciência, caso a paciente não indique acompanhante, a unidade de saúde responsável pelo atendimento indicará pessoa para acompanhá-la, preferencialmente profissional de saúde do sexo feminino.

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 19-J, define que no caso de atendimento que envolva qualquer tipo de sedação ou rebaixamento do nível de consciência, caso a paciente não indique acompanhante, a unidade de saúde responsável pelo atendimento indicará pessoa para acompanhá-la, preferencialmente profissional de saúde do sexo feminino, sem custo adicional para a paciente, que poderá recusar o nome indicado e solicitar a indicação de outro, independentemente de justificativa, registrando-se o nome escolhido no documento gerado durante o atendimento.

E) As unidades de saúde de todo o País ficam obrigadas a manter, em local visível de suas dependências, aviso que informe sobre o direito estabelecido.

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 19-J, define que as unidades de saúde de todo o País ficam obrigadas a manter, em local visível de suas dependências, aviso que informe sobre o direito estabelecido neste artigo.

Em casos de urgência e emergência, os profissionais de saúde ficam autorizados a agir na proteção e defesa da saúde e da vida da paciente, ainda que na ausência do acompanhante requerido.

44.(FUNDATEC/UFCSPA RS/2024) Conforme a Lei nº 8.080/1990, Capítulo I, no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS), estão incluídas as seguintes atribuições, EXCETO:

A) Formulação e execução da política de informação e assistência toxicológica e logística de antídotos e medicamentos utilizados em intoxicações.

B) Ordenação da formação de recursos humanos e tecnológicos nas áreas de saúde pública e privada.

C) Execução de ações de saúde bucal.



D) Execução de ações de saúde do trabalhador, abrangendo, entre outras, a participação na normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde do trabalhador nas instituições e empresas públicas e privadas.

E) Formulação da política de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e outros insumos de interesse para a saúde e a participação na sua produção.

Comentários:

A) Formulação e execução da política de informação e assistência toxicológica e logística de antídotos e medicamentos utilizados em intoxicações.

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 6º, define que está incluída no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a formulação e execução da política de informação e assistência toxicológica e logística de antídotos e medicamentos utilizados em intoxicações.

B) Ordenação da formação de recursos humanos e tecnológicos nas áreas de saúde pública e privada.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 6º, define que está incluída no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a ordenação da formação de recursos humanos na área de saúde.

C) Execução de ações de saúde bucal.

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 6º, define que está incluída no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a execução de ações de saúde bucal.

D) Execução de ações de saúde do trabalhador, abrangendo, entre outras, a participação na normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde do trabalhador nas instituições e empresas públicas e privadas.

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 6º, define que está incluída no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a execução de ações de saúde do trabalhador, abrangendo, entre outras, a participação na normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde do trabalhador nas instituições e empresas públicas e privadas.

E) Formulação da política de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e outros insumos de interesse para a saúde e a participação na sua produção.

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 6º, define que está incluída no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a formulação da política de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e outros insumos de interesse para a saúde e a participação na sua produção.



45.(FUNDATEC/Pref. de Restinga Sêca RS/2024) Segundo a Lei nº 8.080/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter:

- A) Principal.
- B) Autoritário.
- C) Complementar.
- D) Sigiloso.
- E) Coercitivo.

Comentários:

A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 4º, define que o conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS).

A iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter **complementar**.

Portanto, a **alternativa "C" é o gabarito** da questão.

46.(FUNDATEC/Pref. de Criciúma SC/2024) Com base na Lei nº 8.080/1990, a respeito do Subsistema de Acompanhamento à Mulher nos Serviços de Saúde, em consultas, exames e procedimentos realizados, toda mulher tem o direito de fazer-se acompanhar por:

- A) Familiar de qualquer grau de parentesco, mediante notificação prévia, exclusivamente em unidades de saúde públicas.
- B) Pessoa maior de idade, durante todo o período do atendimento, mediante notificação prévia, exclusivamente em unidades de saúde públicas.
- C) Pessoa maior de idade, durante todo o período do atendimento, independentemente de notificação prévia, exclusivamente em unidades de saúde públicas.
- D) Pessoa maior de idade, durante todo o período do atendimento, mediante notificação prévia, em unidades de saúde públicas ou privadas.



E) Pessoa maior de idade, durante todo o período de atendimento, independentemente de notificação prévia, em unidades de saúde públicas ou privadas.

Comentário:

A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 19-J, define que em consultas, exames e procedimentos realizados em unidades de saúde públicas ou privadas, toda mulher tem o direito de fazer-se acompanhar por **pessoa maior de idade, durante todo o período do atendimento, independentemente de notificação prévia.**

Portanto, a **alternativa "E" é o gabarito** da questão.

47.(FUNDATEC/Pref. de Restinga Sêca RS/2024) Com base na Lei nº 8.080/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, dizem respeito à saúde as ações que se destinam a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar:

I. Mental. II. Social. III. Físico.

Quais estão corretas?

- A) Apenas II.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

Comentário:

A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 3º, parágrafo único, define que dizem respeito também à saúde as ações que, se destinam a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social.

Portanto, a **alternativa "E" é o gabarito** da questão.

48.(FUNDATEC/Pref. de Criciúma SC/2024) A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. Segundo a Lei Federal nº 8.080/1990, Art. 6º, está incluída no campo de atuação do SUS, a execução de ações de:



I. Assistência terapêutica integral.

II. Saúde do trabalhador.

III. Vigilância epidemiológica.

IV. Vigilância sanitária.

Quais estão corretas?

A) Apenas I e II.

B) Apenas I e III.

C) Apenas II e IV.

D) Apenas III e IV.

E) I, II, III e IV.

Comentário:

A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 6º, define que estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a execução de ações de **vigilância sanitária**; de **vigilância epidemiológica**; de **saúde do trabalhador**; de **assistência terapêutica integral**, inclusive farmacêutica; e de saúde bucal.

Portanto, a **alternativa "E" é o gabarito** da questão.

49.(FUNDATEC/Pref. de Paulo Bento RS/2024) De acordo com o Art. 7º da Lei nº 8.080/1990, as ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS) são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no Art. 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda a princípios, entre eles, proteção integral dos direitos humanos de todos os usuários e especial atenção à identificação de:

A) Necessidades da saúde indígena e de sua cobertura, abrangendo a assistência integral.

B) Maus-tratos, negligência e violência sexual praticados contra crianças e adolescentes.

C) Aplicação dos recursos orçamentários e financeiros destinados, em cada ano, à saúde.

D) Padrões de qualidade e parâmetros de custos que caracterizam a assistência à saúde.

E) Abusos e maus-tratos praticados contra idosos e mulheres vítimas de violência social.



Comentários:

A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 7º, define que proteção integral dos direitos humanos de todos os usuários e especial atenção à identificação de **maus-tratos, de negligência e de violência sexual praticados contra crianças e adolescentes** é princípio do SUS.

Portanto, a **alternativa "B" é o gabarito** da questão.

50.(FUNDATEC/Pref. de Bagé RS/2024) Sobre as ações e os serviços de saúde municipais, conforme a Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8080/1990), analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

I. Os municípios têm obrigação de assumir integralmente todos os níveis de atenção a fim de não depender nem onerar outros municípios.

II. Os municípios podem constituir consórcios intermunicipais para desenvolver ações conjuntas.

III. No nível municipal, pode organizar-se em distritos para articular recurso e ações e em saúde.

- A) Todas as assertivas estão corretas.
- B) Todas as assertivas estão incorretas.
- C) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- D) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- E) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

Comentários:

I. Os municípios têm obrigação de assumir ~~integralmente todos os níveis de atenção a fim de não depender nem onerar outros municípios.~~

INCORRETA. Os municípios devem garantir acesso universal, integral e equânime as ações e serviços de saúde, mas isso não significa que cada município deve dispor de todas as ações e serviços de saúde aos seus munícipes. Isso é impossível. Os municípios possuem cooperação com outros municípios, com os estados e com a União

II. Os municípios podem constituir consórcios intermunicipais para desenvolver ações conjuntas.



CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 10, define que os municípios poderão constituir consórcios para desenvolver em conjunto as ações e os serviços de saúde que lhes correspondam.

III. No nível municipal, pode organizar-se em distritos para articular recurso e ações e em saúde.

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 10, define que no nível municipal, o Sistema Único de Saúde (SUS), poderá organizar-se em distritos de forma a integrar e articular recursos, técnicas e práticas voltadas para a cobertura total das ações de saúde.

Portanto, a **alternativa "E" é o gabarito** da questão.

51.(FUNDATEC/Pref. de Criciúma SC/2024) Com base na Lei nº 8.080/1990 e a respeito do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

() Esse subsistema terá como base os Distritos Sanitários Especiais Indígenas.

() A rede do Sistema Único de Saúde (SUS) estará dispensada de fazer o registro e a notificação da declaração da raça ou cor dos indígenas atendidos nos sistemas públicos de saúde.

() Esse subsistema deverá ser organizado de modo centralizado e hierarquizado, diferentemente do SUS, porque caberá exclusivamente à União financiar esse subsistema.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

A) V – V – V.

B) V – V – F.

C) V – F – F.

D) F – V – F.

E) F – F – V.

Comentários:

(VERDADEIRO) Esse subsistema terá como base os Distritos Sanitários Especiais Indígenas.

A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 19-G, define que o Subsistema de que trata esse artigo terá como base os Distritos Sanitários Especiais Indígenas.



(FALSO) A rede do Sistema Único de Saúde (SUS) ~~estará dispensada~~ de fazer o registro e a notificação da declaração da raça ou cor dos indígenas atendidos nos sistemas públicos de saúde.

A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 19-G, define que a rede do SUS deverá obrigatoriamente fazer o registro e a notificação da declaração de raça ou cor, garantindo a identificação de todos os indígenas atendidos nos sistemas públicos de saúde.

(FALSO) Esse subsistema deverá ser organizado de modo ~~centralizado~~ e hierarquizado, diferentemente do SUS, porque caberá ~~exclusivamente~~ à União financiar esse subsistema.

A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 19-G, define que a União deverá integrar os sistemas de informação da rede do SUS com os dados do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

Caberá à União, com seus recursos próprios, financiar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

Os Estados, Municípios, outras instituições governamentais e não-governamentais poderão atuar complementarmente no custeio e execução das ações.

Portanto, a **alternativa "C" é o gabarito** da questão.

52.(FUNDATEC/Pref. de Criciúma SC/2024) Sobre as ações e serviços de saúde voltados para o atendimento das populações indígenas, em todo o território nacional, coletiva ou individualmente, a legislação estabelece que, EXCETO:

- A) Foi instituído um Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, componente do SUS.
- B) Caberá obrigatoriamente à União, Estados, Municípios e Distrito Federal, com seus recursos próprios, financiar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.
- C) O Subsistema de Atenção à Saúde Indígena deverá ser, como o SUS, descentralizado, hierarquizado e regionalizado.
- D) A rede do SUS deverá obrigatoriamente fazer o registro e a notificação da declaração de raça ou cor, garantindo a identificação de todos os indígenas atendidos nos sistemas públicos de saúde.
- E) A União deverá integrar os sistemas de informação da rede do SUS com os dados do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

Comentários:

A) Foi instituído um Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, componente do SUS.



CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, foi modificada pela Lei nº 9.836, de 1999, que instituiu o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, componente do SUS.

B) Caberá obrigatoriamente à União, ~~Estados, Municípios e Distrito Federal~~, com seus recursos próprios, financiar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 19-C, define, também, que caberá à União, com seus recursos próprios, financiar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

C) O Subsistema de Atenção à Saúde Indígena deverá ser, como o SUS, descentralizado, hierarquizado e regionalizado.

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 19-D, define que o SUS promoverá a articulação do Subsistema instituído por esta Lei com os órgãos responsáveis pela Política Indígena do País.

D) A rede do SUS deverá obrigatoriamente fazer o registro e a notificação da declaração de raça ou cor, garantindo a identificação de todos os indígenas atendidos nos sistemas públicos de saúde.

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 19-G, define, também, que a União deverá integrar os sistemas de informação da rede do SUS com os dados do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

E) A União deverá integrar os sistemas de informação da rede do SUS com os dados do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 19-G, define, também, que as populações indígenas devem ter acesso garantido ao SUS, em âmbito local, regional e de centros especializados, de acordo com suas necessidades, compreendendo a atenção primária, secundária e terciária à saúde.

53.(FUNDAÇÃO CETREDE/Pref. de Caucaia CE/2024) De acordo com a Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde, está incluída no campo de atuação do SUS, no artigo sexto do capítulo I,

A) a identificação e a divulgação dos fatores condicionantes e a identificação e a divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde.

B) a formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social, a observância da lei.



C) a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação de saúde.

D) a execução de ações de vigilância epidemiológica.

E) a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência.

Comentários:

~~A) a identificação e a divulgação dos fatores condicionantes e a identificação e a divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde.~~

INCORRETA. A alternativa descreve um dos objetivos do SUS.

~~B) a formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social, a observância da lei.~~

INCORRETA. A alternativa descreve um dos objetivos do SUS.

~~C) a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação de saúde.~~

INCORRETA. A alternativa descreve um dos objetivos do SUS.

D) a execução de ações de vigilância epidemiológica.

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 6º, define que estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a execução de ações de vigilância sanitária; de **vigilância epidemiológica**; de saúde do trabalhador; de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica; e de saúde bucal.

~~E) a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência.~~

INCORRETA. A alternativa descreve um dos princípios do SUS.

54.(FUNDAÇÃO CETREDE/Pref. de Caucaia CE/2024) À Direção Estadual do SUS compete,

A) prestar apoio técnico e financeiro aos municípios e executar, supletivamente, ações e serviços de saúde.

B) formular, avaliar e apoiar políticas de alimentação e nutrição.

C) participar na formulação e na implementação das políticas de saneamento básico.



D) definir e coordenar os sistemas de vigilância epidemiológica.

E) coordenar a execução das ações de vigilância epidemiológica e dela participar.

Comentários:

A) prestar apoio técnico e financeiro aos municípios e executar, supletivamente, ações e serviços de saúde.

CORRETA. A alternativa descreve uma atribuição administrativa da direção estadual do SUS.

~~B) formular, avaliar e apoiar políticas de alimentação e nutrição.~~

INCORRETA. A alternativa descreve uma atribuição administrativa da direção nacional do SUS.

~~C) participar na formulação e na implementação das políticas de saneamento básico.~~

INCORRETA. A alternativa descreve uma atribuição administrativa da direção nacional do SUS.

~~D) definir e coordenar os sistemas de vigilância epidemiológica.~~

INCORRETA. A alternativa descreve uma atribuição administrativa da direção nacional do SUS.

~~E) coordenar a execução das ações de vigilância epidemiológica e dela participar.~~

INCORRETA. A alternativa descreve uma atribuição administrativa da direção nacional do SUS.

A União poderá executar ações de vigilância epidemiológica e sanitária em circunstâncias especiais, como na ocorrência de agravos inusitados à saúde, que possam escapar do controle da direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) ou que representem risco de disseminação nacional.

55.(FUNDAÇÃO CETREDE/Pref. de Caucaia CE/2024) Os recursos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS) serão depositados em conta especial, em cada esfera de sua atuação, e movimentados sob fiscalização dos respectivos Conselhos de Saúde. Assim, para o estabelecimento de valores a serem transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, será utilizada a combinação dos seguintes critérios, segundo análise técnica de programas e projetos:

I. perfil demográfico da região.

II. perfil epidemiológico da população a ser coberta.



- III. características quantitativas e qualitativas da rede de saúde na área.
- IV. ressarcimento do atendimento a serviços prestados para outras esferas de governo.
- V. níveis de participação do setor saúde nos orçamentos estaduais e municipais.

Marque a opção que apresenta as afirmativas CORRETAS.

- A) I – II – IV.
- B) II – III – IV.
- C) I – V.
- D) I – II – III – IV – V.
- E) II – III – V.

Comentário:

A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 35, define que para o estabelecimento de valores a serem transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, será utilizada a combinação dos seguintes critérios, segundo análise técnica de programas e projetos:

- I - perfil demográfico da região;
- II - perfil epidemiológico da população a ser coberta;
- III - características quantitativas e qualitativas da rede de saúde na área;
- IV - desempenho técnico, econômico e financeiro no período anterior;
- V - níveis de participação do setor saúde nos orçamentos estaduais e municipais;
- VI - previsão do plano quinquenal de investimentos da rede;
- VII - ressarcimento do atendimento a serviços prestados para outras esferas de governo.

Portanto, a alternativa "D" é o gabarito da questão.



56.(FUNCERN/Pref. de Guimarães RN/2024) No que se refere à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, determina que

A) o conjunto de ações de saúde prestados por órgãos da administração direta constitui o Sistema Único de Saúde (SUS), apenas.

B) a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo os municípios proverem as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

C) as ações e os serviços de saúde, em todo o território nacional, devem ser executados isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito público ou privado.

D) o dever do Estado de garantir a saúde consiste, estritamente, na formulação de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos.

Comentários:

A) o conjunto de ações de saúde prestados por órgãos da administração direta constitui o Sistema Único de Saúde (SUS), apenas.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 4º, define que o conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS).

B) a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo os municípios proverem as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 2º, define que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

C) as ações e os serviços de saúde, em todo o território nacional, devem ser executados isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito público ou privado.

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 1º, define que esta lei regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde, executados isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito Público ou privado.



D) o dever do Estado de garantir a saúde consiste, **estritamente**, na formulação de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 2º, define que o dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

57.(FUNCERN/Pref. de Guimarães RN/2024) De acordo com a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, um dos objetivos do SUS é:

A) a divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde.

B) a garantia da iniciativa privada na participação do SUS em caráter suplementar.

C) a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades curativas.

D) a formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social, o controle da prestação de serviços que não se relacionem direta ou indiretamente com a saúde.

Comentários:

A) a divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde.

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 5º, define que a divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde é um dos objetivos do SUS.

B) a garantia da iniciativa privada na participação do SUS em caráter suplementar.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 4º, define que a iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter complementar.

C) a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades **curativas**.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 5º, define que a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas é um dos objetivos do SUS.

D) a formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social, o controle da prestação de serviços que **não** se relacionem direta ou indiretamente com a saúde.



INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 35, define que a formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social, a observância do disposto no § 1º do art. 2º desta lei é um dos objetivos do SUS.

58.(FUNCERN/Pref. de Guimarães RN/2024) No campo de atuação do SUS, está incluída

A) a execução de ações de vigilância sanitária.

B) a execução de ações de vigilância ambiental.

C) a formulação da política de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e insumos na área têxtil.

D) a execução de ações de assistência terapêutica parcial, inclusive farmacêutica.

Comentários:

A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 6º, define que estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a execução de ações de **vigilância sanitária**; de vigilância epidemiológica; de saúde do trabalhador; de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica; e de saúde bucal.

Portanto, a **alternativa "A" é o gabarito** da questão.

59.(FUNCERN/Pref. de Guimarães RN/2024) De acordo com a Lei nº 8.080/1990, entende-se por saúde do trabalhador um conjunto de atividades que se destina, por meio das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores. Além disso, visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho. Isso abrange

A) revisão mensal da listagem oficial de doenças originadas no processo de trabalho, tendo, na sua elaboração, a colaboração das entidades sindicais.

B) participação, no âmbito de competência do SUS, em estudos, pesquisas, avaliação e controle dos riscos e agravos potenciais à saúde existentes no processo de trabalho.

C) informação ao empregador sobre os riscos de acidentes de trabalho, doença profissional e do trabalho, bem como os pareceres técnicos e cassação do exercício profissional, quando necessário.



D) participação, no âmbito de competência do SUS, da normatização, da fiscalização e do controle das condições de produção, extração, armazenamento, transporte, distribuição e manuseio de substâncias, de produtos, de máquinas e de equipamentos que não apresentam riscos à saúde do trabalhador.

Comentários:

A) revisão **mensal** da listagem oficial de doenças originadas no processo de trabalho, tendo, na sua elaboração, a colaboração das entidades sindicais.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 6º, define que a saúde do trabalhador abrange a revisão periódica da listagem oficial de doenças originadas no processo de trabalho, tendo na sua elaboração a colaboração das entidades sindicais.

B) participação, no âmbito de competência do SUS, em estudos, pesquisas, avaliação e controle dos riscos e agravos potenciais à saúde existentes no processo de trabalho.

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 6º, define que a saúde do trabalhador abrange a participação, no âmbito de competência do SUS, em estudos, pesquisas, avaliação e controle dos riscos e agravos potenciais à saúde existentes no processo de trabalho.

C) informação ao empregador **sobre os riscos de acidentes de trabalho, doença profissional e do trabalho, bem como os pareceres técnicos e cassação do exercício profissional, quando necessário.**

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 6º, define que a saúde do trabalhador abrange a informação ao trabalhador e à sua respectiva entidade sindical e às empresas sobre os riscos de acidentes de trabalho, doença profissional e do trabalho, bem como os resultados de fiscalizações, avaliações ambientais e exames de saúde, de admissão, periódicos e de demissão, respeitados os preceitos da ética profissional.

D) participação, no âmbito de competência do SUS, da normatização, da fiscalização e do controle das condições de produção, extração, armazenamento, transporte, distribuição e manuseio de substâncias, de produtos, de máquinas e de equipamentos que **não** apresentam riscos à saúde do trabalhador.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 6º, define que a saúde do trabalhador abrange a participação, no âmbito de competência do Sistema Único de Saúde (SUS), da normatização, fiscalização e controle das condições de produção, extração, armazenamento, transporte, distribuição e manuseio de substâncias, de produtos, de máquinas e de equipamentos que apresentam riscos à saúde do trabalhador.



60.(FUNCERN/Pref. de Guimarães RN/2024) Em relação à organização, direção e gestão do SUS, é correto afirmar:

A) Deverão ser criadas Comissões Transitórias de integração entre os serviços de saúde e as instituições de ensino profissional e superior.

B) O SUS, no nível estadual, poderá organizar-se em distritos de forma a integrar e articular recursos, técnicas e práticas voltadas para a cobertura total das ações de saúde.

C) As ações e os serviços de saúde, executados pelo SUS, seja diretamente ou mediante participação complementar da iniciativa privada, serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade decrescente.

D) A direção do SUS é única, sendo exercida, no âmbito da União, pelo Ministério da Saúde; no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente; e, no âmbito dos Municípios, pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente.

Comentários:

A) Deverão ser criadas Comissões **Transitórias** de integração entre os serviços de saúde e as instituições de ensino profissional e superior.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 14, define que deverão ser criadas Comissões Permanentes de integração entre os serviços de saúde e as instituições de ensino profissional e superior.

B) O SUS, no nível **estadual**, poderá organizar-se em distritos de forma a integrar e articular recursos, técnicas e práticas voltadas para a cobertura total das ações de saúde.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 14, define que no nível municipal, o Sistema Único de Saúde (SUS), poderá organizar-se em distritos de forma a integrar e articular recursos, técnicas e práticas voltadas para a cobertura total das ações de saúde.

C) As ações e os serviços de saúde, executados pelo SUS, seja diretamente ou mediante participação complementar da iniciativa privada, serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade **decrescente**.

INCORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 8º, define que as ações e serviços de saúde, executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), seja diretamente ou mediante participação complementar da iniciativa privada, serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade crescente.



D) A direção do SUS é única, sendo exercida, no âmbito da União, pelo Ministério da Saúde; no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente; e, no âmbito dos Municípios, pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente

CORRETA. A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 9º, define que a direção do Sistema Único de Saúde (SUS) é única, de acordo com o inciso I do art. 198 da Constituição Federal, sendo exercida em cada esfera de governo pelos seguintes órgãos:

I - no âmbito da União, pelo Ministério da Saúde;

II - no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente; e

III - no âmbito dos Municípios, pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente.

61.(FUNCERN/Pref. de Guimarães RN/2024) A Lei Nº 8.080/1990 dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. No campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS), está incluída a execução de ações de

- A) assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica.
- B) fiscalização do exercício profissional de trabalhadores da saúde.
- C) igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios.
- D) preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física.

Comentário:

A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 6º, define que estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a execução de ações de vigilância sanitária; de vigilância epidemiológica; de saúde do trabalhador; de **assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica**; e de saúde bucal.

Portanto, a **alternativa "A" é o gabarito** da questão.

62.(FUNCERN/Pref. de Carnaúba dos Dantas RN/2024) A Lei N.º 8.080/1990 traz a seguinte definição: "é um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção



de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos". Essa definição refere-se à

- A) saúde bucal.
- B) saúde do trabalhador.
- C) vigilância epidemiológica.
- D) vigilância sanitária.

Comentários:

A Lei Federal nº 8.080/90, em seu artigo 6º, define que se entende por **vigilância epidemiológica** um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos.

Portanto, a **alternativa "C" é o gabarito** da questão.

63.(FUNCERN/Pref. de Carnaúba dos Dantas RN/2024) A Lei N.º 8.080/1990 dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. É competência da direção estadual do SUS

- A) definir os sistemas de redes integradas de assistência de alta complexidade.
- B) participar na formulação e na implementação das políticas de saneamento básico.
- C) promover a descentralização para os municípios dos serviços e das ações de saúde.
- D) participar da avaliação das ações referentes às condições e aos ambientes de trabalho.

Comentários:

~~A) definir os sistemas de redes integradas de assistência de alta complexidade.~~

INCORRETA. A alternativa descreve uma atribuição administrativa da direção nacional do SUS.

~~B) participar na formulação e na implementação das políticas de saneamento básico.~~



INCORRETA. A alternativa descreve uma atribuição administrativa da direção nacional do SUS.

C) promover a descentralização para os municípios dos serviços e das ações de saúde.

CORRETA. A alternativa descreve uma atribuição administrativa da direção estadual do SUS.

D) participar da avaliação das ações referentes às condições e aos ambientes de trabalho.

INCORRETA. A alternativa descreve uma atribuição administrativa da direção nacional do SUS.



GABARITO

GABARITO



1. Certo	11. B	21. C	31. D	41. B	51. C	61. A
2. Certo	12. D	22. D	32. D	42. C	52. A	62. A
3. Certo	13. E	23. C	33. A	43.A	53. B	63. B
4. E	14. B	24. D	34. B	44. B	54. D	
5. B	15. E	25. B	35. C	45. C	55. C	
6.C	16. E	26. C	36. D	46. E	56. A	
7. Certo	17. A	27. A	37. A	47. E	57. E	
8. A	18. C	28. C	38. C	48. E	58. D	
9. B	19. C	29. C	39. E	49. B	59. C	
10. D	20. B	30. C	40. D	50. E	60. C	



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.